

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO (EA)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS (DCA)**

Marcelo Armani Lopes

**ANÁLISE DA CARTEIRA DE CRÉDITO DE UMA AGÊNCIA
DO BANCO DO BRASIL**

**Porto Alegre
2009**

Marcelo Armani Lopes

**ANÁLISE DA CARTEIRA DE CRÉDITO DE UMA AGÊNCIA
DO BANCO DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. André Luis Martinewski

PORTO ALEGRE
2009

MARCELO ARMANI LOPES

**ANÁLISE DA CARTEIRA DE CRÉDITO DE UMA AGÊNCIA DO BANCO DO
BRASIL**

**Trabalho de conclusão de curso de
graduação apresentado ao Departamento de
Ciências Administrativas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Bacharel
em Administração.**

Conceito final:

Aprovado em de dezembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. André Luis Martinewski

"Há pessoas que desejam saber só por saber, e isso é curiosidade; outras, para alcançarem fama, e isso é vaidade; outras, para enriquecerem com a sua ciência, e isso é um negócio torpe; outras, para serem edificadas, e isso é prudência; outras, para edificarem os outros, e isso é caridade."

Santo Agostinho

RESUMO

O presente trabalho objetivou estudar os fatores que estão relacionados à gestão da carteira de crédito de um banco. A pesquisa foi realizada tomando como objeto de estudo uma agência do Banco do Brasil localizada em Novo Hamburgo. Foram analisadas as características específicas da carteira, de acordo com sua região de atuação e considerando especialmente o comportamento da carteira durante a crise na economia mundial, em 2008. Por fim, o trabalho conclui avaliando aspectos positivos e potencialmente problemáticos da carteira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mensuração e instrumentos de gestão.	17
Figura 2 – O Processo de Crédito no Banco do Brasil.	23
Figura 3 – Distribuição de retornos de dívidas com risco.	26
Figura 4 – Risco de inadimplência em carteiras.	27
Figura 5 – Ciclo da intermediação financeira	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Patrimônio Líquido.....	16
Tabela 2 – Capital Econômico.....	19
Tabela 3 – Distribuição do Capital Econômico por natureza da pessoa	20
Tabela 4 - Distribuição do Capital Econômico por setores.....	20
Tabela 5 – ACC/ACE	22
Tabela 6 - Distribuição por segmento na carteira de crédito	48
Tabela 7 - Indústrias de grande porte* no Vale dos Sinos	49
Tabela 8 - Exportações brasileiras de calçados por destino (U\$S).....	51
Tabela 9 – Dados de 2006	63
Tabela 10 – Dados de 2007	64
Tabela 11 – Dados de 2008	65
Tabela 12 – Dados de 2009	66

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
1.1	DEFINIÇÕES DO PROBLEMA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	14
1.2.1	Objetivo geral	14
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	A EMPRESA.....	14
1.3.1	Missão.....	15
1.3.2	Patrimônio Líquido	15
1.3.3	Gerenciamento de riscos e de capital no Banco do Brasil	16
1.3.3.1	Gestão do Risco de Crédito.....	16
1.3.4	Capital Econômico	19
1.3.5	Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.....	21
1.3.6	Crédito para Comércio Exterior	21
1.3.7	O Processo de Crédito no Banco do Brasil	23
1.3.8	A agência estudada.....	24
2.	REVISÃO TEÓRICA	25
2.1	RISCO	25
2.1.1	Sobre os riscos de intermediação financeira.....	25
2.1.1.1	Risco de crédito	25
2.1.1.2	Risco de Mercado.....	27
2.1.1.3	Risco de câmbio	28
2.1.1.4	Risco da variação da taxa de juros.....	28
2.1.1.5	Risco tecnológico e operacional	29
2.1.1.6	Risco de liquidez.....	29

2.1.1.7 Risco de insolvência	30
2.1.1.8 Risco sistemático ou conjuntural	30
2.1.1.9 Risco não sistemático ou próprio.....	31
2.1.1.10 Diversificação do risco.....	32
2.2 CRÉDITO.....	33
2.2.1 Conceito	33
2.2.2 Crédito como negócio	34
2.2.3 Análise de Crédito – Objetivo, Conceito e Implicações	36
2.2.3.1 O conhecimento sobre o tomador do empréstimo	38
2.2.3.2 Os C's do crédito.....	39
2.2.4 Função social do crédito	40
2.2.5 Crédito como função de finanças.....	40
2.3 POLÍTICA DE CRÉDITO	40
2.3.1 As normas legais.....	42
2.3.2 A definição estratégica do banco	43
2.3.3 Os objetivos a serem alcançados.....	43
2.3.4 A forma de decisão e delegação de poder	43
2.3.5 Limites de crédito	44
2.3.6 A análise de crédito.....	44
2.3.7 A composição e formalização dos processos.	44
2.3.8 Administração e controle do crédito	45
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
4. ANÁLISE	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
6. REFERÊNCIAS.....	61
ANEXO A – TABELAS COM DADOS DA AGÊNCIA	63
ANEXO B – TESTES DE CORRELAÇÃO	67

ANEXO C - PERGUNTAS DA ENTREVISTA	68
ANEXO D – RESOLUÇÃO 2.682.....	69

1. INTRODUÇÃO

A gestão da carteira de crédito - tema central deste trabalho - é sempre um desafio complexo quando se tem uma realidade econômica desfavorável. Contudo, são momentos assim que evidenciam os gestores mais competentes, que souberam projetar com maior sucesso o cenário futuro, provendo o equilíbrio adequado entre risco e retorno envolvidos na composição da carteira. Com a recente crise na economia mundial, iniciada em 2008, observa-se novamente essa situação.

Embora crises dessa magnitude costumem ter reflexos para todos os participantes da economia, no caso das instituições financeiras que concedem crédito, tem-se uma situação particularmente preocupante, com o aumento dos riscos envolvidos nas operações de crédito. Condições macroeconômicas ruins geram um clima de maior cautela entre os participantes do mercado; mais especificamente, para os credores em geral, esse é um período no qual se observa um significativo aumento nos casos de inadimplência. Configura-se, assim, um cenário que exige avaliações mais rigorosas para a concessão de empréstimos.

1.1 DEFINIÇÕES DO PROBLEMA

O ano de 2008 será lembrado como um ano em que teve início uma severa crise na economia mundial. Originada nos Estados Unidos, ela logo evidenciou seu potencial de abalar economias ao redor do mundo, reduzindo investimentos e levando outros ao fracasso. Raros foram os setores da economia mundial poupados, de maneira que esse momento chegou a ser comparado à famosa Grande Depressão de 1929.

De uma maneira geral, as maiores potências econômicas foram surpreendidas pela crise financeira internacional. Na maior economia do mundo, a norte-americana, depois de quase uma década de investimentos crescentes, a realidade começou a mudar a partir do segundo semestre de 2008, com o estouro

da bolha imobiliária. Níveis de inadimplência elevados levaram à falência instituições financeiras e empresas até então consideradas “sólidas.

Ainda sem certeza quanto à extensão da crise, há quem considere que uma turbulência maior pode estar por vir. Previsões como essa, mesmo que não se confirmem, aumentam a atenção e exigem uma precisão analítica ainda mais apurada por parte de quem toma decisões estratégicas. É neste cenário de apreensão e incerteza que a competência dos gestores em geral está sendo colocada à prova.

Não estando alheia à realidade econômica mundial, a economia brasileira também sentiu os impactos da crise. Alguns setores – principalmente os exportadores – sentiram os reflexos da crise mais do que outros. É o caso do setor calçadista da região do Vale dos Sinos.

A economia da região do Vale dos Sinos tem longa tradição na produção e exportação de calçados. Numa área de 140 quilômetros quadrados, esta região abriga um número estimado de 1.700 fábricas de calçados e de componentes, indústrias de máquinas e equipamentos, curtumes, entidades de classe e instituições de pesquisa e ensino. Os calçados produzidos no Vale dos Sinos são exportados para mais de 140 países, principalmente para os Estados Unidos.

Nos últimos anos a indústria calçadista vem amargando queda nas exportações, na produção industrial e no emprego, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial de calçados acumula quedas anuais consecutivas desde 2005, enquanto o emprego no setor apresenta dados negativos há quase nove anos. A retração do mercado externo e a concorrência com os calçados chineses agravaram a situação das indústrias calçadistas do Vale dos Sinos.

Nessa região está localizada a agência estudada neste trabalho. Pela característica da economia local, que tem como principal atividade a produção e exportação de calçados, grande parte dos empréstimos da agência acaba destinada a esse setor, que observou forte redução nas vendas durante a crise, segundo dados da Abicalçados. A consequência imediata foi a incapacidade de algumas

empresas em cumprir inteiramente os contratos estabelecidos com os bancos. Verifica-se, então, um risco setorial em que a carteira incorre devido a não ter uma diversificação maior.

Esse contexto torna a tomada de decisão dos gestores uma situação particularmente complexa: de um lado, quando emprestam para o setor que compõe majoritariamente a carteira, agravam o problema da falta de diversificação; de outro, se resolvem não emprestar, incorrem em um problema de custo de oportunidade. Os custos de oportunidade são representados pelos negócios perdidos ao se deixar de conceder crédito.

Tendo isso em vista, e buscando um saudável equilíbrio na relação entre busca de diversificação e perdas devido ao custo de oportunidade, esse trabalho analisará o comportamento da carteira de empréstimos da agência do Banco do Brasil no período de 01/2006 a 10/2009. A análise terá como abordagem principal as características específicas da carteira e os riscos que ela apresenta. O período engloba um momento crítico não só do setor ao qual está destinada a maior parcela da carteira de crédito, mas da economia mundial como um todo, em razão da crise financeira internacional.

Passado um período de turbulência no mercado, os gestores podem agora avaliar com mais precisão o sucesso (ou fracasso) de suas decisões na administração das carteiras. Tendo consciência do impacto da crise em suas carteiras de crédito administradas, os resultados observados fornecem maior clareza para se fazer uma análise das decisões tomadas no momento da composição da carteira e da projeção dos riscos envolvidos. Entendendo o que deu errado, e tendo em mãos os resultados de um cenário com um nível mais alto de inadimplência, agrega-se conhecimento para as futuras composições da carteira de empréstimo.

1.2 OBJETIVOS

A seguir são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho:

1.2.1 Objetivo geral

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise de uma carteira de crédito, tendo como foco o principal o comportamento da carteira durante o período de retração na economia mundial, no segundo semestre de 2008.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar as características da carteira de crédito.
- Analisar de que forma fatores macroeconômicos impactam a carteira.
- Analisar a influência da região de atuação da agência.
- Avaliar o comportamento da carteira de acordo com perspectivas macroeconômicas de médio e longo prazo.

1.3 A EMPRESA

Com 24,6 milhões de clientes correntistas, 15,1 mil pontos de atendimentos em 3,1 mil cidades e 22 países, o Banco do Brasil encerra 2009 como a maior instituição financeira do País, atendendo a todos os segmentos do mercado financeiro.

Em 201 anos de existência, o primeiro banco a operar no país coleciona histórias de pioneirismo e liderança. Foi o primeiro a entrar para a bolsa de valores; a lançar cartão de múltiplas funções; a lançar o serviço de *mobile banking*, a se comprometer com uma Agenda 21 Empresarial e a aderir aos Princípios do Equador. É, em 2009, líder em ativos, depósitos totais, câmbio exportação, carteira de crédito, base de correntistas, rede própria de atendimento no país, entre outros.

1.3.1 Missão

Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a Empresa e contribuir para o desenvolvimento do País.

1.3.2 Patrimônio Líquido

O Banco do Brasil encerrou o primeiro trimestre de 2009 com R\$ 32.360 milhões de Patrimônio Líquido. Valor 22,7% superior ao mesmo período do ano passado e 4,9% superior a março de 2009.

Tabela 1 – Patrimônio Líquido

R\$ milhões	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08	Mar/09	Jun/09
PL	25.407	26.371	27.889	29.937	30.859	32.360
Capital	13.212	13.212	13.699	13.780	13.780	18.549
Reservas	10.131	13.101	12.762	15.990	15.771	13.626
TVM e Derivativos	85	58	(33)	199	124	216
(Ações em Tesouraria)	1	-	0	-	-	-
Lucros ou prej. Acum.	-	-	-	(31)	(31)	(31)
Contas de Resultado	1.978	-	1.461	-	1.215	-

Fonte: Site do Banco do Brasil (www.bb.com.br)

1.3.3 Gerenciamento de riscos e de capital no Banco do Brasil

O BB considera o gerenciamento de riscos e de capital os vetores fundamentais para a tomada de decisão, proporcionando maior estabilidade, melhor alocação de capital e otimização da relação entre risco e retorno.

1.3.3.1 Gestão do Risco de Crédito

Segundo o site da própria instituição, o Banco do Brasil, observando às exigências de Basiléia II e alinhado às melhores práticas de gestão de riscos, trabalha com metodologia própria para apuração dos componentes de risco: Frequência Esperada de Inadimplência (FEI), Perda Dada a Inadimplência (PDI), exposição a risco de crédito, que são insumos para a mensuração do Capital Econômico (CE) e da Perda Esperada (PE).

A seguir, apresenta-se o conceito de VaR e sua utilização pelo banco apenas no intuito de compreensão da complexidade associada à gestão do risco de crédito no Banco do Brasil; não se faz uso desse conceito na análise.

O modelo interno para mensuração do VaR de crédito tem fundamentação teórica baseada em abordagem atuarial, utilizada na indústria bancária.

O VaR da carteira de crédito está associado a uma distribuição de perda agregada para um determinado nível de confiança. A média desta distribuição é a Perda Esperada, que representa quanto o Banco espera perder em média num determinado período de tempo, cuja proteção é realizada por meio de provisão. O Capital Econômico, que está associado à Perda Inesperada, é determinado pela diferença entre o VaR e a PE. Para esta parcela, o Banco protege-se mediante a alocação de capital necessária para cobertura dos riscos.

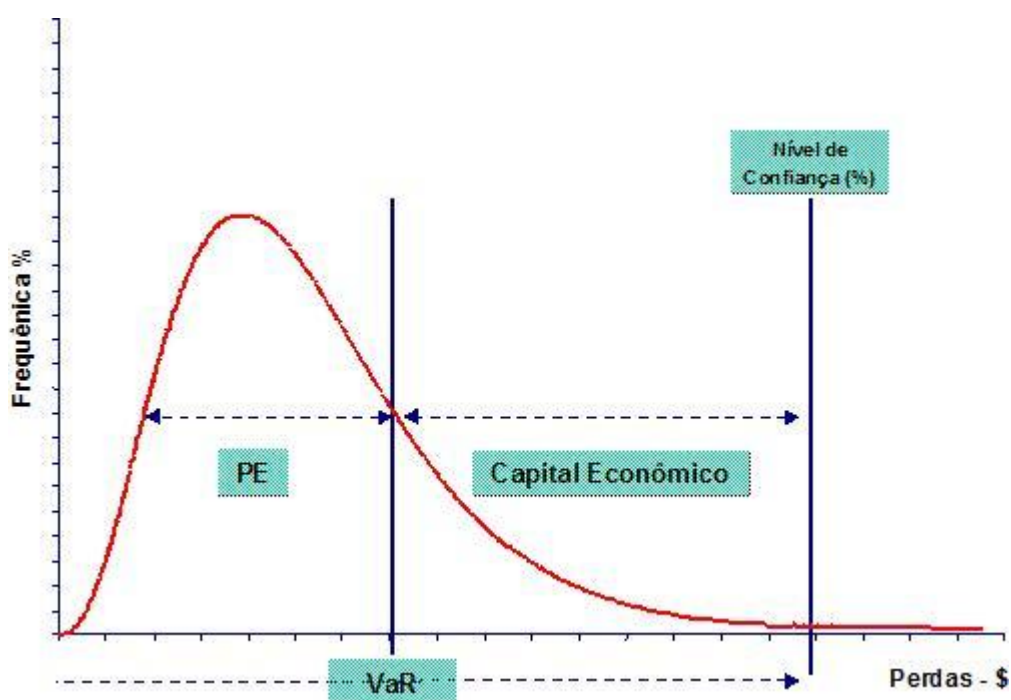


Figura 1 – Mensuração e instrumentos de gestão.

Fonte: Site do Banco do Brasil (www.bb.com.br).

A distribuição de perda agregada é obtida utilizando como entrada de dados os seguintes componentes de risco: FEI, PDI e exposição sujeita a risco de crédito.

A mensuração do VaR de Crédito fornece subsídios para a avaliação de risco e retorno da carteira de crédito do Banco, assim como para o processo de estabelecimento de limites para a carteira de crédito. Sua avaliação tem auxiliado no processo decisório do Banco, trazendo informações históricas e permitindo analisar

a tendência do comportamento do risco. Além disso, sua utilização tem sido de grande valia na disseminação da cultura de gestão do risco de crédito no Banco.

No tocante à avaliação do retorno, os valores de PE e CE servem como insumos para o cálculo do Retorno Ajustado ao Risco (RAROC). O RAROC é uma ferramenta da gestão do risco usada na precificação de empréstimos específicos e na avaliação da lucratividade ajustada pelo risco, considerando os riscos individuais de cada operação do portfólio e sua rentabilidade. Ele permite a visualização completa da carteira e, adicionalmente, a média ponderada do portfólio. A utilização do RAROC tem por finalidade subsidiar importantes processos decisórios no Banco. Seu acompanhamento na perspectiva histórica para os portfólios analisados tem permitido que a avaliação de risco e retorno esteja presente nas decisões da Instituição.

Além do uso de técnicas para identificação e mensuração dos riscos, o BB monitora e controla a concentração a risco de crédito em termos de exposição a risco e comprometimento do Patrimônio de Referência (PR).

O Banco desenvolveu sistemática de controle de concentração do risco de crédito, analisando a inter-relação entre os diversos setores econômicos que compõem a carteira de crédito pessoa jurídica. Esse modelo avalia a concentração a risco de crédito dos tomadores.

O BB dispõe ainda de outros instrumentos gerenciais de avaliação do risco de crédito, com destaque para:

- Limites macrossetoriais para o segmento Pessoas Jurídicas - PJ.
- Índice de Qualidade da Carteira (IQC) – indicador qualitativo e quantitativo da carteira. Indica a qualidade da carteira calculando, para todos os tomadores, a classificação para risco de inadimplência. O conceito de inadimplência segue os preceitos definidos pela Resolução CMN 2.682/99, anexa a este trabalho.
- Índices de Inadimplência de 15 e 90 dias – correspondem à divisão do saldo em atraso há mais de 15 e 90 dias, respectivamente, pelo saldo da carteira.
- Orçamento de risco de crédito - corresponde à projeção da PCLD (Projeção para Créditos com Liquidação Duvidosa) para compor o orçamento anual do BB.

- Relatórios de gestão do risco de crédito – acompanhamento sistemático e projeções para a carteira de crédito sob diversas visões.

1.3.4 Capital Econômico

O Banco do Brasil utiliza em seus processos internos de gestão de riscos o conceito de capital econômico, que é o capital que lhe permite fazer face às perdas não esperadas, que têm uma pequena, porém definida hipótese de ocorrerem. O sentido é que os bancos tenham um capital mínimo que sirva de caução e responda por eventuais perdas não esperadas. As tabelas abaixo apresentam a exigência de capital total e por setor econômico.

Tabela 2 – Capital Econômico

Capital Econômico	2T08	3T08	4T08	1T09	2T09
Exigência sobre Risco de Crédito	4.434	4.443	4.809	5.150	5.737
Exigência sobre Risco de Mercado	752	185	414	338	170
Exigência sobre Risco Operacional	1.147	1.224	1.335	1.513	1.674
Total	6.333	5.852	6.558	7.001	7.581

Fonte: Site do Banco do Brasil (www.bb.com.br)

Apresenta-se nas tabelas a seguir a distribuição do capital econômico na carteira de crédito por natureza da pessoa, bem como a exigência de capital econômico detalhada por setores.

Tabela 3 – Distribuição do Capital Econômico por natureza da pessoa (R\$ milhões)

	Jun/08	Participação	Jun/09	Participação
Pessoa Física	2.999	67,6%	3.619	63,1%
Pessoa Jurídica	1.434	32,4%	2.117	36,9%
Total	4.433	100%	5.736	100%

Fonte: Site do Banco do Brasil (www.bb.com.br).

Tabela 4 - Distribuição do Capital Econômico por setores (R\$ milhões)

	Jun/08	Participação	Jun/09	Participação
Agronegócio Orig. Animal	79	5,5%	261	12,3%
Agronegócio Orig. Vegetal	244	17,0%	370	17,5%
Automotivo	97	6,8%	128	6,1%
Bebidas	12	0,9%	13	0,6%
Com. Atacadista e Ind. Diversas	30	2,1%	52	2,4%
Com. Varejista	76	5,3%	96	4,5%
Const. Civil	77	5,4%	105	5,0%
Couro e Calçados	29	2,0%	37	1,7%
Eletroeletrônico	54	3,8%	73	3,5%
Energia Elétrica	50	3,5%	50	2,4%
Insumo Agrícolas	39	2,7%	40	1,9%
Madeireiro	42	2,9%	51	2,4%
Metalurgia e Sider.	62	4,3%	106	5,0%
Papel e Celulose	34	2,4%	86	4,1%
Petroleiro	61	4,3%	86	4,1%
Químico	44	3,1%	54	2,6%
Serviços	192	13,4%	240	11,3%
Telecomunicações	21	1,5%	20	1,0%
Têxteis e confecções	75	5,3%	100	4,7%
Transportes	58	4,0%	138	6,5%
Demais atividades	58	4,1%	11	0,5%
Total	1.434	100%	2.117	100%

Fonte: Site do Banco do Brasil (www.bb.com.br).

1.3.5 Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

No segmento de pessoas jurídicas, o Banco do Brasil encerrou junho/09 com saldo de R\$ 103.351 milhões, incremento de 32,1% em doze meses e de 1,5% sobre o trimestre imediatamente anterior. Esse montante representa 40,9% da carteira País e contempla os valores oriundos da aquisição do Banco Nossa Caixa. As operações de Capital de Giro são as mais representativas e participam com 47,0% do total.

1.3.6 Crédito para Comércio Exterior

O Banco do Brasil trabalha com duas linhas destinadas a adiantamento de crédito para empresas exportadoras: ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio), que é uma antecipação de recursos em moeda nacional (R\$) ao exportador, por conta de uma exportação a ser realizada no futuro; e o ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues), que é uma antecipação de recursos em moeda nacional (R\$) ao exportador, após o embarque da mercadoria para o exterior, mediante a transferência ao Banco do Brasil dos direitos sobre a venda a prazo. Essas modalidades têm como finalidade prover recursos antecipados ao exportador, para completar as diversas fases do processo de produção e comercialização da mercadoria a ser exportada.

Entre as características principais dessas linhas de crédito voltadas ao exportador, pode-se citar:

- Taxas de juros internacionais – obtenção de recursos para produzir os bens destinados à exportação a um custo financeiro reduzido.
- Capital de giro de até 360 dias antes do embarque do bem exportado (ACC).
- As vendas ao exterior realizadas a prazo, com liquidação do contrato de câmbio prevista para até o último dia útil do 12º mês subsequente ao do embarque da mercadoria ou da prestação do serviço, são adiantadas ao exportador.

- Isenção do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

Segundo dados disponíveis no site do Banco do Brasil, os empréstimos de ACC/ACE encerraram o segundo trimestre de 2009 com saldo de R\$ 10.711 milhões, crescimento de 68,5% na comparação anual, mas com retração de 9,3% em base trimestral. É importante ressaltar que essa linha de crédito é fortemente influenciada pelo comportamento do câmbio, que desvalorizou 15,7% no segundo trimestre.

Tabela 5 – ACC/ACE

ACC/ACE	2T08	3T08	4T08	1T09	2T09
Volume Contratado (US\$ milhões)	3.400	3.907	3.457	2.325	3.182
Quantidade de Contratos	5.322	5.760	4.097	3.768	4.021
Volume Médio por Contrato (US\$ mil)	639	678	844	617	791
Total	6.333	5.852	6.558	7.001	7.581

Fonte: Site do Banco do Brasil (www.bb.com.br).

1.3.7 O Processo de Crédito no Banco do Brasil

O processo de crédito no Banco do Brasil é constituído pelas seguintes etapas:

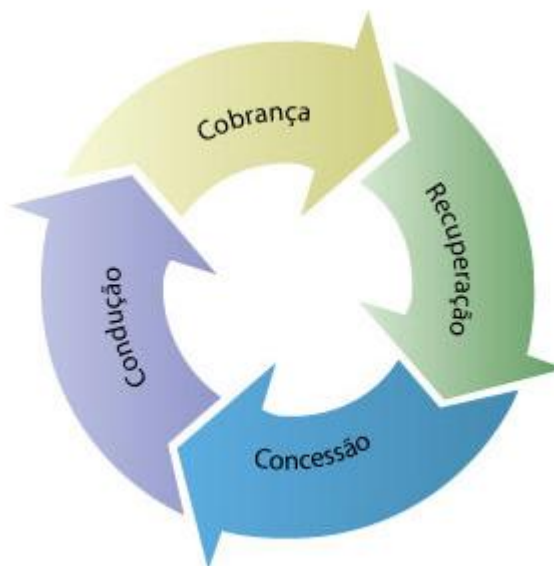


Figura 2 – O Processo de Crédito no Banco do Brasil.

Fonte: Site do Banco do Brasil (www.bb.com.br)

Concessão: é a porta de entrada no relacionamento de crédito com o Banco. Abrange a análise do cliente e da operação. Na primeira, o Banco utiliza métodos massificados e personalizados, definindo a probabilidade de inadimplência e o limite de exposição. Quanto à análise da operação, o Banco busca compatibilizar a oferta de produtos de crédito adequados ao perfil e à capacidade de pagamento do cliente.

Condução: compreende a fase de acompanhamento da aplicação dos recursos liberados, o gerenciamento das garantias, entre outras ações. O principal objetivo nesta fase é a prevenção contra a inadimplência dos ativos.

Cobrança: caracteriza-se pela utilização de mecanismos que asseguram o retorno dos recursos emprestados, levando-se em conta algumas variáveis como o relacionamento do cliente com o Banco, a minimização de custos e a utilização de mecanismos automatizados de cobrança e recebimento de dívidas.

Recuperação: trata-se da fase em que o Banco busca reduzir as perdas de crédito, minimizar os custos de recuperação e aumentar a taxa de recuperação. Estão contemplados nesta etapa o processo de cobrança extrajudicial, terceirização (contratação de empresas para prestar serviços de cobrança e recuperação de créditos inadimplidos) e a cobrança judicial.

Esse processo envolve as diretorias de Crédito e de Reestruturação de Ativos Operacionais, sendo esta última responsável pela condução de créditos problemáticos.

1.3.8 A agência estudada

Este trabalho foi realizado em uma agência do Banco do Brasil localizada em Novo Hamburgo e com vasta experiência na concessão de crédito aos setores de maior destaque da região. A agência tem sete anos de atuação na região, abrangendo 20 municípios, e conta atualmente com 37 funcionários. O valor total dos empréstimos concedidos está em torno de R\$ 370 milhões (junho/2009).

A agência trabalha exclusivamente com empréstimo para pessoas jurídicas; empresas de médio e grande porte. Dentro do projeto de segmentação de clientes desenvolvido pelo Banco, a condição inicial para uma empresa se credenciar a esse tipo de atendimento diferenciado é atingir o faturamento anual de no mínimo R\$ 10 milhões. Destes, a maioria é destinada a empresas do setor calçadista, que tem destacada importância na economia da região do Vale dos Sinos.

Esse setor foi afetado pela crise econômica que teve início no segundo semestre de 2008. Do ponto de vista da agência, que financiou investimentos no setor, o prejuízo dessas empresas foi responsável pelo aumento do nível de inadimplência observado em 2008. Registrou-se um aumento na comparação com o ano anterior.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 RISCO

O risco pode ser entendido como a incerteza quanto ao futuro esperado. Definições acadêmicas a respeito não costumam diferir muito da forma como o termo é empregado popularmente - para Solomon (1981) risco é o grau de incerteza a respeito de um evento, e para Gitman (1984), no sentido mais básico, é uma possibilidade de perda. A razão é que o risco é um fator comum ao cotidiano, presente em qualquer tomada de decisão, mensurado matematicamente ou intuitivamente.

Para este trabalho, interessam as definições de risco associadas ao estudo de finanças.

2.1.1 Sobre os riscos de intermediação financeira

2.1.1.1 Risco de crédito

Há risco de crédito porque os fluxos de caixa esperados em virtude dos empréstimos concedidos podem não ser pagos integralmente. A inadimplência pode ser em termos de pagamento de juros, amortização, ou ambos. Em caso de inadimplência, o banco obtém juros iguais a zero no ativo e pode perder a totalidade ou parte do principal emprestado, podendo recorrer a cláusulas contratuais para adquirir alguns dos ativos do devedor por meio de procedimentos judiciais de falência. (Saunders, 2000).

A figura 3 demonstra a distribuição cumulativa de probabilidades e retornos em valor monetário de uma instituição que aplica em empréstimos ou obrigações com risco.

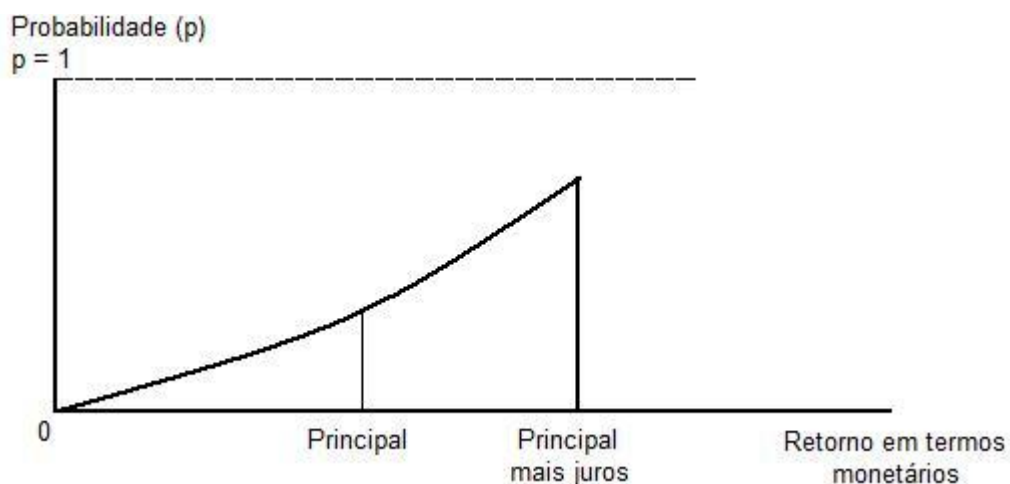


Figura 3 – Distribuição de retornos de dívidas com risco (empréstimos/obrigações)

Fonte: Saunders, 2000 (p.102).

Conforme lembra Saunders (2000), devido a esse retorno positivo limitado e ao longo trecho de possibilidade de inadimplência de obrigações e empréstimos, é importante para a instituição credora que a possibilidade de inadimplência seja estimada e sejam cobrados prêmios sobre esses ativos, de acordo com sua exposição a risco.

O gráfico acima se refere ao investimento num único ativo exposto a risco de inadimplência. Entretanto, quando concede crédito, um banco possui uma vantagem em relação a investidores individuais que é a capacidade de diversificar parte do risco de crédito. Para isso, utiliza-se da lei dos grandes números, que afirma que conforme um experimento é repetido várias vezes, a probabilidade observada se aproxima da presente (ou real) probabilidade.

Conforme Saunders (2000), o efeito da diversificação de riscos é truncar ou limitar as probabilidades de maus resultados na carteira. Para uma carteira de

crédito bem diversificada, a forma de distribuição de taxas de retorno numa carteira de títulos expostos a risco de crédito ou inadimplência assemelha-se mais ao que vemos no gráfico da figura 4. Note-se como a distribuição de retornos assemelha-se mais com uma distribuição normal simétrica, limitando a amplitude dos resultados do lado negativo.

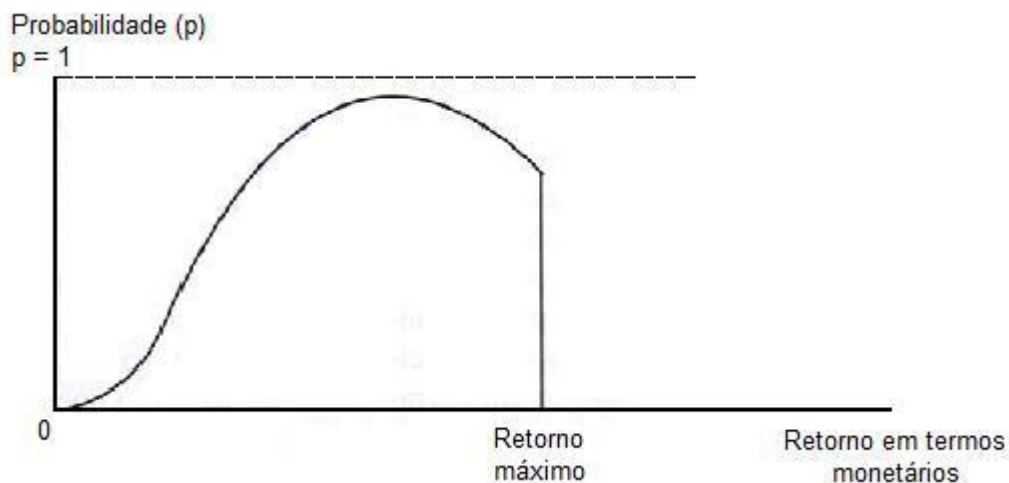


Figura 4 – Risco de inadimplência em carteiras

Fonte: Saunders, 2000 (p.102).

2.1.1.2 Risco de Mercado

Saunders (2000) afirma que esse tipo de risco surge quando uma instituição opera com ativos e passivos (e derivativos), em lugar de mantê-los para fins de investimento a longo prazo, financiamento ou *hedging*. Ele está associado ao nível de incerteza de realização do retorno futuro do investimento, determinado pelas oscilações do mercado. Há risco de mercado sempre que uma instituição financeira realiza operações a descoberto, comprada ou vendida, e a variação de preços ocorre no sentido oposto ao esperado. Quanto mais voláteis foram os preços dos ativos, mais risco de mercado a operação a descoberto apresenta. Isso exige que os administradores da instituição apliquem controles, visando limitar as posições

assumidas, além de modelos eficientes para medir a exposição diária a risco de mercado.

2.1.1.3 Risco de câmbio

Entende-se por risco cambial a possibilidade das taxas de câmbio entre moedas dos países importadores e exportadores se moverem adversamente entre a data da cotação e a data da liquidação. Ou, ainda, a possibilidade de uma perda ou de um ganho resultante de uma variação nas taxas de câmbio entre moedas. O risco cambial engloba os riscos de conversão, transação e econômico. (BRIGGS, 1998).

2.1.1.4 Risco da variação da taxa de juros

O risco da variação da taxa de juros se explica pela possibilidade de uma mudança na taxa de juros afetar desfavoravelmente operações descasadas do banco. Um banco que assume passivos com um ano de prazo para financiar a compra de ativos com prazo de dois anos, expõe-se a risco de refinanciamento, devido à possibilidade de aumento na taxa de captação de um ano para o outro. De forma inversa, haveria risco para um banco que captasse fundos com dois anos de prazo e aplicasse os fundos num ativo com um ano de prazo. Dessa vez, o risco é de reinvestimento, devido à possibilidade das taxas de juros caírem de um ano para o outro.

Além de um possível risco de refinanciamento ou reinvestimento que ocorre quando as taxas de juros variam um banco também enfrenta risco de variação de valor de mercado. O valor de mercado de um ativo ou passivo é conceitualmente igual aos fluxos de caixa descontados desse ativo. Portanto, o aumento de taxas de juros tem como consequência uma elevação da taxa de desconto aplicável a esses fluxos de caixa e reduz o valor de mercado do ativo ou passivo. (SAUNDERS 2000).

2.1.1.5 Risco tecnológico e operacional

Há risco tecnológico quando os investimentos em tecnologia não produzem as reduções esperadas de custo, em termos de economias de escala ou escopo. Uma deseconomia de escala é causada, por exemplo, por excesso de capacidade, redundância tecnológica e ineficiências burocráticas, que costumam piorar com o crescimento da instituição. Deseconomias de escopo resultam da incapacidade de gerar reduções esperadas de custo com novos investimentos em tecnologia. No longo prazo, o risco tecnológico pode comprometer a competitividade da instituição e levá-la à falência. (SAUNDERS 2000).

O risco operacional ocorre sempre que a tecnologia deixa de funcionar adequadamente. Atualmente, a maioria das transações entre bancos ocorre por meio de mecanismos computadorizados de negociação e liquidação; empréstimos interbancários, redescontos, cobertura de garantias, etc. À medida que cresce o volume de negociações, aumenta a necessidade de reduzir as falhas nos sistemas de computação, bem como o de desenvolver sistemas de apoio que sejam eficientes.

2.1.1.6 Risco de liquidez

Segundo Saunders (2000), existe risco de liquidez sempre que os titulares de passivos de uma instituição financeira exigem dinheiro à vista em troca de seus direitos financeiros. No dia-a-dia os bancos não costumam enfrentar problemas desse tipo, pois as retiradas por titulares de passivos costumam ser previsíveis, e as instituições contam com alternativas para captação de fundos adicionais quando necessários. Entretanto, há momentos nos quais um banco pode acabar enfrentando uma crise de liquidez.

Quando grande parte dos depositantes inesperadamente decide fazer saques ao mesmo tempo, a liquidez é comprometida. Essa chamada “corrida aos bancos” pode decorrer de uma crise de confiança no banco ou de alguma necessidade imprevista no numerário. Nos casos mais graves, o problema de liquidez do banco resulta num problema de insolvência, podendo levá-lo à falência.

2.1.1.7 Risco de insolvência

O risco de insolvência pode decorrer de diferentes fatores. Tecnicamente, explica Saunders (2000), a insolvência ocorre sempre que os recursos próprios do banco são insuficientes para cobrir perdas incorridas em função de um ou mais riscos de diferentes naturezas. Em geral, tão mais capaz será o banco de suportar perdas inesperadas, quanto menor for seu endividamento - ou seja, maior for a relação entre recursos próprios e fundos de terceiros captados pelo banco.

2.1.1.8 Risco sistemático ou conjuntural

Consiste no risco que os sistemas político, econômico e social em que a empresa está, ou dos quais ela depende, impõem ao ativo. Insucessos decorrentes desse risco são explicados mais pela conjuntura como um todo do que por decisões individuais equivocadas por parte da empresa. Securato (1996) exemplifica: “Se estamos no início de uma recessão da economia, se temos uma crise política ou greve em setores importantes, o ‘sistema’ estará atuando sobre todos os ativos de uma só vez.”

Conforme a conjuntura econômica, política e social temos estabelecida uma posição relativa da taxa de retorno dos vários ativos. Ocorre que variações da conjuntura, ou mesmo perspectivas de variações, rearranjam a maioria dos ativos. É esse risco que o “sistema” impõe ao ativo e naturalmente à sua taxa de retorno. (SECURATO, 1996).

Não consiste em tarefa fácil a escolha de ativos conforme a perspectiva de conjuntura ou cenário provável. As empresas costumam ter uma equipe responsável por fazer análises conjunturais a fim de antever possíveis períodos de instabilidade que, dependendo da origem, podem afetar seus investimentos em maior ou menor grau. Apesar desses esforços, devido ao grande número de variáveis a serem consideradas, permanece sempre um nível de imprevisibilidade.

A esse respeito, Securato (1996) destaca a atuação do Estado como possivelmente prejudicial e de difícil previsão:

É importante frisar que o risco conjuntural é tanto maior quanto maiores são as possibilidades de variação da conjuntura, em geral facilitadas pelas regras mal definidas ou mal aplicadas, pelos desmandos, pelos escândalos, enfim, por todo um processo que passa pela credibilidade do sistema como um todo. Assim, o Estado é sempre um dos maiores responsáveis pelo risco sistemático ou conjuntural a que um ativo está sujeito (SECURATO, 1996, p. 42).

Segundo Securato (1996), a defesa para este tipo de risco é a administração diversificada da carteira de ativos, de forma a maximizar os retornos minimizando os riscos. Dessa forma, o risco é também diversificado e o retorno total da carteira não dependerá exageradamente do crescimento de um único setor da economia. A recomendação para a diversificação da carteira de investimentos apresenta-se como a melhor alternativa, visto que nada mais é do que o inverso da ação que resultou esse risco, qual seja, a aposta em concentrar os investimentos.

2.1.1.9 Risco não sistemático ou próprio

Segundo Securato (1996), consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual pertence; é gerado por fatos que atingem diretamente o ativo em estudo ou o subsistema a que está ligado e não atingem os demais ativos e seus subsistemas.

O mesmo autor considera, no entanto, que essas classificações são relativas e dependem do ponto de vista do observador:

De acordo com Securato (1996, p.44):

Uma multinacional, examinando a possibilidade de investimentos em vários países, entenderá o “sistema país” como um risco próprio e avaliará a sua conjuntura e variabilidade como características intrínsecas de cada país e do subsistema ao qual está ligado, enquanto que seu risco sistemático é em relação à conjuntura econômica, política e social de seu país de origem ou mundial.

Do ponto de vista das empresas, o risco próprio pode ser visto sob três aspectos: financeiros, da administração e do setor de atuação da empresa. O risco financeiro é entendido como a falta de liquidez da empresa para saldar seus compromissos. O risco de administração está ligado à incompetência e, mesmo, à desonestidade dos administradores, e o risco do setor consiste no risco a que a empresa está sujeita por pertencer a um subsistema dentro da economia (SECURATO, 1996).

2.1.1.10 Diversificação do risco

Securato (1996) define a diversificação do risco como sendo “qualquer processo que possibilite minimizar os efeitos do risco sobre um ativo ou uma carteira de ativos.” O autor destaca que a diversificação consiste sempre em um processo administrativo, mas de natureza diferente conforme o tipo de risco. Essa tarefa é desafiadora para os administradores, pois muitas vezes implicará em um *trade-off* entre diversificar para minimizar o risco conjuntural e buscar a maximização do lucro. No caso de um banco, uma opção equivocada por uma concentração poderia comprometer a rentabilidade da carteira de crédito como um todo.

Contudo, explica Securato (1996, p.44), “no caso do risco sistemático ou conjuntural, a administração consiste na escolha dos ativos, visto que não se pode atuar de forma direta na conjuntura.”

2.2 CRÉDITO

Este tópico tem como objetivos: conceituar crédito, tratar sobre crédito como negócio, sua função social e seu posicionamento no contexto da administração financeira.

2.2.1 Conceito

Crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, depois de decorrido o tempo estipulado (SCHRICKEL, 1997, p. 42).

No meio financeiro, crédito pode ser entendido como o direito de receber o que se emprestou. Por meio do crédito, as pessoas físicas podem satisfazer necessidades de consumo e adquirir bens. Também as empresas podem suprir suas necessidades de capital de giro ou de investimentos permanentes. Num sentido último, a palavra crédito, em finanças, não deixa de ter o sentido que apresenta em outros contextos: segurança de que alguma coisa é verdadeira, confiança, boa reputação, etc. (SILVA, 1998).

É importante lembrar que todo empréstimo é uma cessão – ainda que temporária – de patrimônio, que é realizado sob a condição de devolução desse empréstimo numa data futura e mais um preço remuneratório (taxa de juros, ou taxa de risco), a ser pago pelo tomador ao prestador. Por essa característica, uma operação de crédito envolve expectativas quanto ao recebimento de volta da parte cedida. Dessa forma, é imperativo reconhecer que a qualquer crédito está associada à noção de risco. (SCHRICKEL, 1997).

Schricketel (1997) ressalta que o patrimônio a ser cedido deve ser próprio, pois não é factível ceder coisa alheia sem expresse consentimento do legítimo proprietário. Entretanto, as instituições financeiras não seguem estritamente este

postulado, porquanto são intermediadores de riquezas (poupanças) e do meio circulante, com a devida autorização das autoridades monetárias. Assim, os recursos cedidos por um banco, em caráter de empréstimo, não necessariamente são recursos próprios.

2.2.2 Crédito como negócio

O crédito é o principal negócio dos bancos. Os bancos atuam como intermediadores financeiros, emprestando o dinheiro daqueles que em determinado momento estão mais propensos a poupar, os poupadores, para aqueles que demandam recursos, geralmente ávidos por empreender, os tomadores. A principal fonte de receita de um banco deve ser proveniente de sua atividade de intermediação financeira.

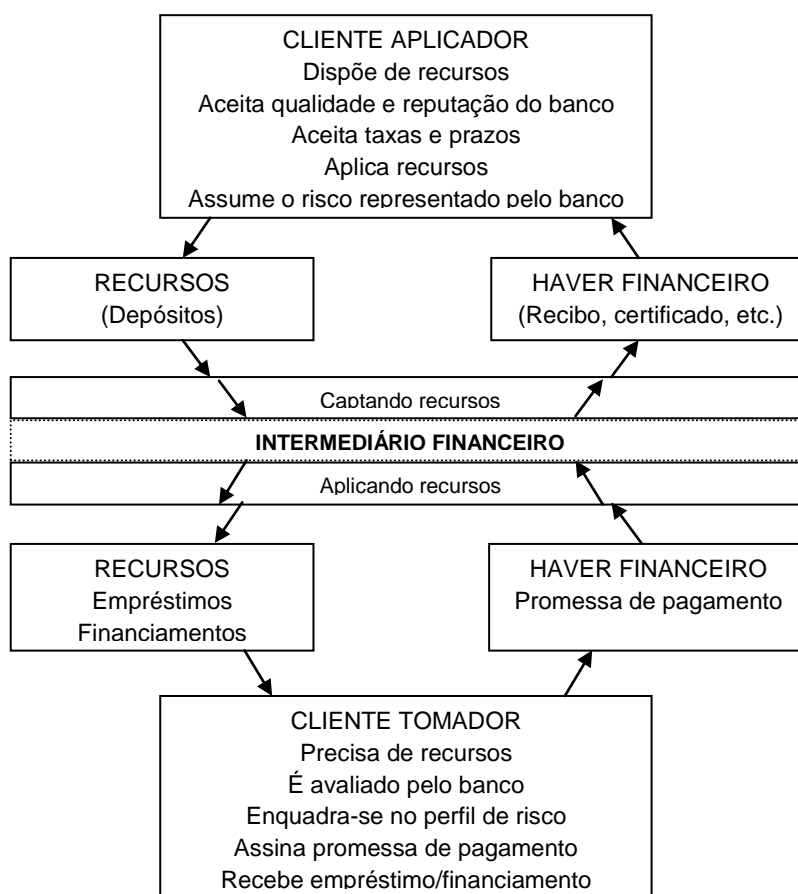


Figura 5 – Ciclo da intermediação financeira

Fonte: Silva, 1998 (p. 65).

A confiança do público na capacidade de intermediador financeiro de um banco é o seu mais valioso “ativo”. Por mais sólido que seja um banco, ele não deve assumir riscos indevidos e que venham a pôr em dúvida sua solidez e reputação, porque é exatamente essa imagem que leva os correntistas a manter seus recursos no banco. Para isso, é indispensável um completo processo de crédito que permita ao banco saber o risco que está assumindo com o cliente tomador.

Silva (1998) destaca os papéis relevantes da intermediação:

- Volumes de recursos. Capta em montantes diferentes e aplica em volumes compatíveis com as necessidades dos tomadores.
- Adequação de prazos. Capta em prazos variados e aplica em prazos adequados à realidade e necessidade dos tomadores. Sem a

intermediação financeira, seria difícil encontrar diversos ofertadores de recursos que atendessem às necessidades dos tomadores em prazos compatíveis com suas necessidades.

- Diversificação do risco. Sendo o intermediário financeiro um especialista em avaliar o risco e ao mesmo tempo diversificando suas aplicações, haverá sensível redução dos riscos.
- Maior liquidez. A facilidade com que os ativos dos ofertadores de fundos podem ser convertidos em dinheiro é reforçada pela intermediação financeira.
- Menor custo. Os intermediários financeiros são capazes de produzir ativos financeiros a um custo inferior ao que os indivíduos produziram.

A atuação dos bancos como intermediadores financeiros é bem resumida por Silva (1998, p. 67):

A concessão de crédito num banco comercial, portanto, consiste em emprestar dinheiro, isto é, colocar à disposição do cliente determinado valor monetário em determinado momento, mediante promessa de pagamento futuro, tendo como retribuição por essa prestação de serviço determinada taxa de juros cujo recebimento poderá ser antecipado, periódico ou mesmo ao final do período, juntamente com o principal emprestado.

2.2.3 Análise de Crédito – Objetivo, Conceito e Implicações

O principal objetivo da análise de crédito numa instituição financeira é o de identificar os riscos nas situações de empréstimo, evidenciar conclusões quanto à capacidade de pagamento do tomador, e fazer recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de empréstimo a conceder, à luz das necessidades financeiras do solicitante, dos riscos identificados e mantendo, adicionalmente, sob perspectiva, a maximização dos resultados da instituição. (SCHRICKEL, 1997, p. 65).

A respeito da concessão de crédito, Schrickel (1997) distingue três etapas a percorrer:

- Análise retrospectiva – Consiste na avaliação do desempenho histórico do potencial tomador, identificando os maiores fatores de riscos inerentes a sua atividade e se esses riscos foram atenuados e/ou contornados no passado. A análise histórica tem por objetivo identificar fatores críticos na atual condição do tomador que possam comprometer sua capacidade de devolução do valor emprestado.
- Análise de tendências – Está voltada para o futuro. Trata de uma projeção acerca da capacidade do tomador de suportar certo nível de endividamento.
- Capacidade creditícia – Decorrente das duas etapas anteriores: após a avaliação do atual grau de risco que o tomador potencial apresenta, bem como o provável grau de risco futuro, deve-se chegar a uma conclusão relativa à sua capacidade creditícia e, conseqüentemente, à estruturação de uma proposta de crédito.

A análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas, constantes mutações e informações incompletas. Pode-se inferir que a decisão será tanto melhor quanto melhores foram as informações disponíveis. Nem sempre se terá uma situação favorável, de amplo acesso a boas informações, mas, mesmo assim, uma decisão tem de ser tomada, seja pela concessão ou pelo deferimento do crédito ao solicitante. (SCHRICKEL, 1997).

O objetivo da análise de crédito é o de fornecer elementos para uma tomada de decisão, e não o de simplesmente efetuar um relatório. Embora os instrumentos específicos de análise variem a cada nova situação, o objetivo e a lógica são permanentes. Sob qualquer ótica, ela tem uma importância crítica na condução das múltiplas atividades das instituições financeiras.

Sobre a importância de se trabalhar com clareza, objetividade e agilidade num processo de análise de crédito, Schrickel (1997) lembra que a ausência desses elementos leva perda de credibilidade da instituição e ao desgaste seu maior representante, isto é, o gerente. A discussão franca e objetiva entre as partes contribuem para o processo de crédito como um todo. É verdade que o sentimento de indefinição sobre conceder ou não determinado valor pode permanecer mesmo

depois de feitas as devidas análises do cliente. Contudo, é um posicionamento que deve ser a exceção, não a regra geral do dia-a-dia.

Assim, é imprescindível um contínuo aprimoramento e questionamento do processo de análise de crédito. Deve-se utilizar de todas as fontes de informação que se possa vir a ter, ordená-las, ponderá-las e equacioná-las, para assim poder decidir. Nessa atribuição, é importante que os gestores não percam o foco e se mantenham constantes em tomar decisões práticas, ou seja, exequíveis e claras.

Apesar de toda a necessidade de pesquisa, conhecimento técnico e questionamento para uma boa gestão de crédito, não se desconsidera a capacidade de percepção intuitiva do administrador. O conhecido *feeling* pode ser invocado para tentar explicar fenômenos que os dados objetivos disponíveis não contemplem. Todavia, como adverte Schrickel (1997), é preciso consignar que não se trata de “chute” ou adivinhação; o *feeling*, mesmo sendo de origem subjetiva, implica certa sustentação lógica - é preciso, pelo menos, poder explicar o seu porquê. Obviamente, considerar a percepção intuitiva do administrador é um elemento a mais para a análise, mas que de maneira alguma deve prescindir da busca por informações que proporcionem conhecimento sobre o tomador.

2.2.3.1 O conhecimento sobre o tomador do empréstimo

Conforme Schrickel (1997): “para se entender bem quem é o tomador, deve o prestador questionar: O que ele faz? Como faz? Onde faz? Para quem faz? Quem mais faz?”. O autor acrescenta que não cabe ao prestador inferir essas respostas, porque por mais que ele tenha experiência com determinado cliente, a realidade muda constantemente. O importante é que toda informação relevante esteja claramente exposta pelo tomador e, de forma idêntica, claramente entendida internamente pelo prestador.

2.2.3.2 Os C's do crédito

Conforme Gitman (1997), os analistas de crédito freqüentemente utilizam os “5 C's do crédito” para dar suporte às suas análises sobre as dimensões chaves da capacidade creditícia de um cliente. Cada uma dessas cinco dimensões – caráter, capacidade, colateral, capital e condições, são descritas a seguir.

a) Caráter: O histórico do solicitante quanto ao cumprimento de suas obrigações financeiras, contratuais e morais. Os dados históricos de pagamentos e quaisquer causas judiciais pendentes ou conciliadas contra o cliente devem ser utilizados na avaliação do seu caráter.

b) Capacidade: O potencial do cliente para quitar o crédito solicitado. Análises dos demonstrativos financeiros, com ênfase especial nos índices de liquidez e de endividamento, são geralmente utilizadas para avaliar a capacidade do solicitante do crédito.

c) Capital: A solidez financeira do solicitante, conforme indicada pelo patrimônio líquido da empresa. O total de exigíveis (a curto e longo prazo) em relação ao patrimônio líquido, bem como os índices de lucratividade, são freqüentemente usados para avaliar o capital do demandante de crédito.

d) Colateral: O montante de ativos colocados à disposição pelo solicitante para garantir o crédito. Naturalmente, quanto maior esse montante, maior será a probabilidade de se recuperar o valor creditado no caso de inadimplência. O exame do balanço patrimonial e a avaliação de ativos em conjunto com o levantamento de pendências judiciais podem ser usados para estimar os colaterais.

e) Condições: As condições econômicas e empresariais vigentes bem como circunstâncias particulares que possam afetar qualquer das partes envolvidas na negociação.

2.2.4 Função social do crédito

Dentre os aspectos mais relevantes, pode-se citar:

- Possibilita às empresas aumentarem seu nível de atividade;
- Estimula o consumo influenciando na demanda;
- Ajuda as pessoas a obterem bens;
- Facilita a execução de projetos para os quais as empresas não disporiam de capital próprio em determinado momento.

A tudo isso, entretanto, Silva (1998) faz dois contrapontos: “o crédito pode tornar empresas ou pessoas físicas altamente endividadas, assim como pode ser forte componente de um processo inflacionário.”

2.2.5 Crédito como função de finanças

Nas instituições financeiras, a boa gestão do crédito é essencial. A eficiência da instituição financeira na aplicação de seus empréstimos e financiamentos, através de seus critérios de seleção de clientes e política de crédito como um todo, é que determinará seu volume de incobráveis. O sucesso procedente da política de crédito e da gestão dos riscos relacionados impactará na solidez e na rentabilidade da instituição. (SILVA, 1998).

2.3 POLÍTICA DE CRÉDITO

Políticas de crédito, em administração de empresas, são instrumentos que determinam padrões de decisões para resoluções de problemas semelhantes. No contexto de uma instituição financeira que concede crédito, essas políticas têm por

objetivo básico a orientação nas decisões de crédito, em face dos objetivos desejados, e consonante às características do ambiente macroeconômico no qual a instituição está inserida. Assim, uma política de crédito bem definida facilita a abordagem de situações repetitivas pela administração.

A definição da política de crédito deve levar em conta o conjunto de fatores externos e macroeconômicos do ambiente operacional da instituição financeira. Esta deve estar preparada para aproveitar oportunidades que o mercado oferece ao mesmo tempo em que deve atentar também para os riscos próprios desse mercado, desenvolvendo mecanismos de proteção que atenuem o efeito de eventos indesejados. Entre os agentes com potencial para influenciar a atividade de um banco, pode-se citar o Governo, a economia, a concorrência, a cultura do povo e o clima. (SILVA, 1998).

A economia do país, da região, do estado ou do município é um fator determinante na forma de operação das instituições e do sistema financeiro. Um banco que não consiga desenvolver produtos de acordo com as características econômicas e culturais da região acaba não satisfazendo plenamente a demanda local e, no longo prazo, naturalmente cederá mercado para outro banco concorrente, a menos que mude e passe a oferecer serviços compatíveis com as necessidades da comunidade. Os padrões de análise de crédito também deverão ajustar-se a essa realidade, oferecendo linhas de financiamento voltadas para as atividades locais.

Em relação à atuação dos bancos em suas realidades locais, é necessário mencionar que no Brasil, a partir de 1995, tem-se falado sobre duas tendências distintas. Uma linha formada pelos bancos de grandes redes que obtenham efeitos sinérgicos favoráveis em suas estruturas e outra linha constituída pelos bancos especializados em determinados seguimentos. O argumento em favor da especialização é que ela otimiza os resultados. A respeito disso, Silva (1998) contrapõe que embora de cunho lógico, a especialização não leva em consideração o conceito de diversificação como uma forma de redução de risco, e que ela cria dependência para o banco: “passa a haver uma correlação matemática positiva entre o comportamento do segmento e os resultados do banco.” Nesse caso, se o segmento entrar em crise, essa impactaria com mais força no banco especializado do que em outro cuja carteira de crédito esteja mais diversificada.

Há ainda diversos fatores estratégicos a serem considerados na política de crédito do banco: ser um banco de atacado ou um banco de varejo; maior concentração em pessoas físicas ou jurídicas; definir a amplitude da área de atuação geográfica; atuar como especialista num determinado segmento ou com uma carteira diversificada, etc. Esses fatores serão preponderantes na definição de uma estrutura de crédito, bem como para se compreender o perfil de cada instituição.

Ainda como componentes que interferem e devem ser abrangidos em uma política de crédito, estabelece Silva (1998):

- As normas legais.
- A definição estratégica do banco.
- Os objetivos a serem alcançados.
- A forma de decisão e de delegação de poder.
- Os limites de crédito.
- A análise de crédito.
- A composição e formalização dos processos.
- A administração e o controle do crédito.

2.3.1 As normas legais.

Na fixação da política de crédito de um banco, haverá necessidade de observação das normas emitidas pelas autoridades monetárias. As normas para funcionamento das instituições financeiras não fazem parte da política de cada instituição, porém constituem-se em condicionantes para a forma de operar das instituições. Os bancos brasileiros observam regulamentações do Banco Central como, por exemplo, a Resolução nº 2.682, em anexo a este trabalho.

2.3.2 A definição estratégica do banco

É a base para as políticas de crédito do banco. Considera-se fatores como o porte das empresas a serem atingidas, áreas de atuação geográfica, segmentação de mercado e produtos financeiros, para a determinação dos padrões de crédito. Operar com grandes empresas e grandes negócios requer padrões de avaliação de risco compatíveis.

2.3.3 Os objetivos a serem alcançados

O objetivo dos bancos ao concederem empréstimos é sempre o lucro. As metas de lucratividade e os objetivos de negócios a serem alcançados serão componentes da política geral do banco que, por sua vez, irão interferir na Política de Crédito.

2.3.4 A forma de decisão e delegação de poder

Um fator importante da política de crédito diz respeito aos poderes de decisão para concessão de crédito a clientes. A forma de decisão pode ser individual, conjunta ou colegiada, e ser dividida em diferentes alçadas. Entre os fatores que influenciam na determinação das alçadas, pode-se citar: estrutura das organizações e pessoal, porte da agência, garantias, fonte de recursos, prazos, produto, limites de aplicação, disponibilidade de recursos, aplicações globais do cliente e classificação do risco e outras normas internas.

2.3.5 Limites de crédito

O limite de crédito é a exposição máxima que um banco aceita correr emprestando para um cliente. A decisão de crédito pode ser restrita à análise de uma proposta específica para atender a uma necessidade de um cliente, ou pode ser mais abrangente, fixando-se um limite para atendimento ao cliente em diversos produtos e por um prazo determinado. Com um limite de crédito definido, as operações poderão ser feitas com maior rapidez e sem depender de nova análise, desde que estejam enquadradas nas condições predefinidas. No entanto, há que se fazer a ressalva que, normalmente, os limites são fixados para atender às necessidades de recursos operacionais do giro das empresas, não sendo prática recomendável a fixação de limites de crédito para operações relevantes de investimentos em longo prazo.

2.3.6 A análise de crédito

A definição do tipo de análise e sua abrangência é seguramente um dos pontos importantes na avaliação do risco dos clientes. Um banco não pode simplesmente copiar os formulários de análise de outros bancos e utilizá-los para uma carteira de clientes com perfil diferente. Isto levaria ao uso de padrões e critérios inadequados, comprometendo a qualidade dos empréstimos.

2.3.7 A composição e formalização dos processos.

As normas de crédito devem definir quais os documentos que compõem um processo de crédito. Muitas dessas informações podem e devem ser gerenciadas de forma integrada, devendo estar disponíveis quando necessário. Alguns bancos têm prejuízos por desorganização e desatenção no cumprimento de determinadas

formalidades legais, como falta de assinatura pelos clientes nos contratos de empréstimos ou mesmo por falta de formalização das garantias.

2.3.8 Administração e controle do crédito

A evolução tecnológica sem dúvida torna mais fácil controle de crédito pela administração. Os sistemas de computação têm condições de travar muitas operações cujos processos não estejam de acordo com as normas do banco. Da mesma forma, possibilita que novas definições sejam rapidamente incorporadas ao processo de crédito em todas as alçadas da instituição.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda aspectos metodológicos da pesquisa realizada e descreve os procedimentos utilizados para a elaboração do trabalho.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os fatores que estão relacionados à gestão de crédito de um banco, tomando como objeto de estudo uma agência do Banco do Brasil localizada no Vale do Rio dos Sinos, com sete anos de atuação nessa região, e considerando especialmente o momento de crise na economia mundial em 2008.

Para tal, contatou-se a administração do banco a fim de levantar dados e informações que auxiliassem no trabalho. Os dados solicitados são aqueles referentes ao período de estudo deste trabalho e que foram considerados relevantes para a análise. O critério utilizado foi a busca por dados que possibilitassem um entendimento da gestão de crédito na agência estudada.

Para auxiliar na análise, foi realizada uma entrevista com o gerente da agência. As perguntas da entrevista se encontram na parte de anexos deste trabalho. Também através outros contatos esporádicos com o gerente, eventuais dúvidas foram esclarecidas e dados adicionais foram solicitados, de acordo com a disponibilidade do banco.

A fim de facilitar a observação, os dados obtidos serão estudados, relacionados entre si e posteriormente analisados, caracterizando a abordagem da pesquisa como descritiva e exploratória. Segundo Yin (2005), esse tipo de pesquisa permite estudar determinado assunto em seu ambiente natural, além de se poder responder a perguntas do tipo “como?” e “por quê?”, ou seja, compreender a natureza e a complexidade da situação analisada.

4. ANÁLISE

Este capítulo tem como objetivo identificar e analisar as características da carteira de crédito do banco.

Em contato com a Administração da agência do Banco do Brasil pesquisada, foram levantados dados do período de estudo considerados relevantes para o trabalho e que estivessem à disposição pela gerência da agência. Pretendeu-se buscar o máximo de informações possíveis para uma melhor compreensão da realidade de atuação do banco. As informações do período são comentadas a seguir, neste capítulo.

As séries históricas trazem a evolução da carteira mês a mês, ao longo dos últimos quatro anos, para dados como: volume de crédito total e por linha de crédito; índice de inadimplência, índice de qualidade da carteira (IQC); distribuição da carteira por setores da economia; número de falências por porte e setor; e rentabilidade. Faz-se uso, também, de dados econômicos da região na qual está localizada a agência e de dados macroeconômicos, que contribuem proporcionando uma perspectiva ampliada para a análise. Especialmente, a cotação mensal do dólar pode ser considerado o dado mais importante.

É necessário salientar alguns aspectos em relação à agência estudada neste trabalho. Ela atua exclusivamente com empréstimos destinados a pessoas jurídicas, de médio e grande porte. Atende somente empresas com faturamento bruto anual acima de R\$ 10 milhões.

De início, observando-se as características econômicas da região do Vale dos Sinos, já resulta evidente sua influência na distribuição da carteira. Considerada o maior *cluster* calçadista do mundo, a região produz e exporta calçados para mais de 130 países. Enquanto que o setor calçadista, segundo dados da Abicalçados, concentra 26,2% da indústria (3.461 empresas do total de 13.199 empresas) do Vale dos Sinos, a concentração de empréstimos destinados a esse segmento na carteira da agência alcança o expressivo percentual de 58,20%. Quanto aos empréstimos

destinados aos demais setores, têm-se a seguinte distribuição, de acordo com a tabela 6:

Tabela 6 - Distribuição por segmento na carteira de crédito

SEGMENTO	PERCENTUAL
Indústria de Calçados e Curtumes	58,20%
Comércio	19,60%
Indústria Metal Mecânica	15,45%
Setor de Serviços	6,75%
Total:	100%

Fonte: Dados da agência do Banco do Brasil.

Nota-se que a concentração dos empréstimos para o setor calçadista é até mesmo maior do que o percentual pertencente ao ramo calçadista no total das indústrias da região. Essa constatação pode ser explicada pelo porte de algumas empresas da indústria de calçados, já que nessa região estão as maiores desse setor no Brasil. A tabela 7 comprova que o setor é largamente aquele com o maior número de indústrias de grande porte no Vale dos Sinos.

Tabela 7 - Indústrias de grande porte* no Vale dos Sinos

Indústria	Quantidade	Indústria	Quantidade
Calçadista	13	Material Elétrico	1
Mecânica	5	Química	1
Madeira e Imobiliária	3	Têxtil	1
Metalúrgica	3	Produtos Alimentícios	1
Material de Transporte	2	Couro e Peles	1
Total de Indústrias:	31		

Fonte: RAIS/2008

*Critério utilizado: Porte Enquadramento segundo dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul, SEBRAE/RS, no qual são classificados como de grande porte aquelas indústrias com 500 ou mais empregados.

Conforme a definição de Saunders (2000), essa distribuição configura um fator de risco próprio do setor de atuação da empresa. Embora a recomendação do autor para minimizar os efeitos desse tipo de risco sobre a carteira de crédito consista em optar pela diversificação dos empréstimos, nesse caso, com uma economia regional fortemente concentrada, essa não parece ser a opção mais vantajosa em termos de rentabilidade. Isso porque, na busca por lucro, a estratégia do banco está condicionada às características da economia da região onde ele atua; sua diversificação fica limitada por elas.

Este é um risco que o banco não consegue eliminar sem comprometer o retorno da carteira e ceder espaço para instituições concorrentes. Preterir uma composição da carteira de empréstimo concentrada no setor calçadista por uma setorialmente mais diversificada possivelmente geraria um retorno menor para a agência: das 42 empresas de grande porte, que representam 7,95% do total das empresas atendidas pelo banco e 45,02% da rentabilidade mensal da carteira, a maioria é do setor calçadista. Se, desejando minimizar esse risco setorial, o banco abdicasse de conceder crédito ao principal setor da economia, logo veria a sua participação no mercado encolher e a de seus concorrentes crescer.

Faz parte da exigência para se atuar em tal meio a adaptação às suas principais características. Portanto, a concentração que apresenta a carteira de crédito não deve ser considerada meramente uma opção estratégica tomada pelo

banco, mas sim, de certo modo, uma imposição do ambiente no qual a agência está inserida. É dentro desses parâmetros de atuação que a agência define sua estratégia, que pode ser considerada por isso limitada; ou, em outras palavras, a estratégia é até certo ponto moldada pelas características das empresas da região. No caso em questão, um destacado setor calçadista, exportador, dá a referência de atuação para as instituições de crédito. Silva (2003), a respeito da importância do macroambiente na definição dos negócios bancários, destaca que a função dos bancos é a de identificar as oportunidades de negócio, desenvolver produtos e serviços que satisfaçam as necessidades da comunidade.

É importante ressaltar que grande parte das empresas calçadistas direciona sua produção para o mercado externo, principalmente aos Estados Unidos. Embora tenha havido uma recente tendência de diversificação no destino das vendas (v. tabela 8), os americanos ainda lideram as importações: foram responsáveis por 25% dos calçados exportados pelo Brasil em 2008, 30% em 2007 e 40% em 2006.

O Rio Grande do Sul lidera com facilidade o *ranking* dos estados que mais exportam. Segundo dados da Abicalçados apud SECEX/MDIC, o estado foi responsável por 59,41% do total de calçados vendidos ao exterior em 2008, seguido de longe pelo segundo colocado, o estado do Ceará, com 18,41%.

A tabela a seguir traz, em dólares, os principais destinos das exportações da indústria calçadista nos últimos três anos:

Tabela 8 - Exportações brasileiras de calçados por destino (U\$\$)

2006		2007		2008	
EUA	49,8%	EUA	37,5%	EUA	25,7%
R. Unido	10,8%	R. Unido	12,0%	R. Unido	13,5%
Argentina	6,7%	Argentina	8,7%	Argentina	10,3%
Itália	3,0%	Itália	4,4%	Itália	7,9%
Canadá	2,9%	Venezuela	3,5%	Venezuela	4,1%
Outros	30,8%	Outros	33,9%	Outros	38,5%

Fonte: SECEX/MDIC. Elaborado pela Abicalçados

Os principais destinos nas exportações da indústria calçadista têm potencial de impacto direto para a carteira de crédito da agência. À medida que a cotação da moeda de países importadores oscila, alterando o poder de compra desses países, suas importações, em teoria, tendem a aumentar ou a diminuir de acordo com a variação. Por serem, os Estados Unidos, os maiores importadores nesse setor, o valor da sua moeda frente ao real tem especial relevância e impacto na necessidade de crédito da indústria coureiro-calçadista do Vale dos Sinos.

Com um setor industrial altamente dependente do mercado externo, trabalha-se com uma expectativa de crescimento no volume de crédito tomado por empresas exportadoras a partir de períodos de alta valorização do dólar frente ao real. Em teoria, quando a moeda nacional está depreciada em relação às moedas dos principais países importadores, as empresas buscam aproveitar o câmbio favorável à exportação e tomam mais recursos nessa linha de crédito, estimuladas por uma demanda externa aquecida. Dessa forma, espera-se uma relação entre oscilações na taxa de câmbio e o volume de empréstimos na linha de crédito destinada a exportadores.

As tabelas do anexo A trazem uma série de dados mensais sobre os empréstimos da agência nos últimos quatro anos. As informações referentes a volume de empréstimo estão todas em reais. A coluna mais à direita é referente ao valor médio do dólar em determinado mês, de acordo com dados do Banco Central. Os dados levantados possibilitam identificar alguns aspectos da gestão do crédito

para a agência. As séries estudadas mostram o aumento no volume de crédito concedido nos últimos anos, bem como a qualidade da carteira durante essa evolução – através do IQC e da inadimplência verificada – e possibilitam avaliar impactos macroeconômicos para a carteira, especialmente em relação à variação cambial no período. Importante ressaltar que o período contemplado pelos dados expõe o comportamento da carteira durante um momento de crise da economia mundial, com o início daquela que ficou conhecida como “crise do *subprime*” - em alusão ao setor de crédito imobiliário norte-americano considerado de alto risco - no segundo semestre de 2008.

No anexo B, esses dados são agrupados e relacionados em uma única tabela, onde é possível ver mais claramente a evolução dos dados ao longo do tempo. A variação em cada mês é considerada tomando o primeiro mês da amostra como base de comparação, ou seja, divide-se o valor em determinado mês pelo de janeiro de 2006 e a seguir o resultado é multiplicado por 100, representando o percentual de crescimento ou diminuição. Tratando-se de uma região que constitui um *cluster* exportador, a análise dos dados da carteira foi realizada por meio da avaliação da correlação entre o comportamento da carteira de empréstimos e adiantamentos sobre contratos de câmbio com a variação da taxa de câmbio. Os resultados dos testes de correlação também estão no anexo B, e são comentados a seguir.

Os empréstimos de capital de giro apresentaram correlação negativa com a cotação do dólar. Uma explicação para isso pode ser que um câmbio apreciado redireciona os negócios para o mercado nacional, enquanto que o câmbio depreciado redireciona os negócios para o mercado internacional.

Os empréstimos para investimento apresentaram correlação negativa com a cotação do dólar, mas com influência inferior à verificada no capital de giro. A menor correlação negativa tomando por base o capital de giro pode ocorrer porque as decisões de investimentos têm prazos maiores e se distribuem ao longo de diferentes tendências de evolução da taxa cambial. Além disso, a decisão de investimento é tomada em um ciclo da evolução da taxa e os empréstimos para completar a decisão tomada podem ocorrer no momento em que a evolução da taxa de câmbio mudou de direção.

As operações de ACC e ACE, em reais, apresentaram correlação positiva com o dólar - o que é esperado, uma vez que a taxa de câmbio determina o valor em reais dos empréstimos. Esta correlação foi de aproximadamente 45%.

Já as operações de ACC e ACE, em dólar, apresentaram uma correlação positiva com a variação da taxa cambial – o que também é esperado -, mas esta correlação positiva é baixa, em torno de 6%. A razão disso pode ser explicada pelo fato de que não é possível efetuar exportações ou cancelá-las tão logo a taxa de câmbio tenha mudado seu comportamento (depreciação ou apreciação, respectivamente), porque é preciso certo tempo, a partir da mudança de tendência, para que as exportações ocorram, uma vez que os contratos de venda para o exterior são contratos que demoram a acontecer (é preciso convencer o comprador a trocar de fornecedor já existente, para ocorrer uma exportação, ou é preciso cumprir os contratos de venda, mesmo quando o câmbio se aprecia). É de se esperar, portanto, certa defasagem entre uma mudança de tendência para a taxa e o reflexo nos negócios com o exterior.

Por outro lado, há fatores externos a esse processo. Observa-se um forte aumento na contratação de câmbio a partir de agosto de 2008, uma resposta quase imediata à variação cambial. Ocorre que nesse momento, o crédito para linhas para ACC reduziu-se drasticamente (em alguns bancos com sede no exterior acabou completamente), em função da crise nos mercados financeiros. Para atender de forma emergencial a essa necessidade de linhas para a exportação, o Banco Central do Brasil disponibilizou linhas especiais de crédito externo para o Banco do Brasil, que passou a concentrar a maior parte das linhas de crédito à exportação e isso teve reflexo imediato na carteira de câmbio da agência (tomando por base 100 o mês de maio/06 a carteira de ACC/ACE teve a seguinte evolução: 124% em junho, 141% em julho e 172% em agosto/08, mantendo-se até Out/09 na faixa em torno de 170% a 180% dos valores observados em Janeiro de 2006). Explica-se a valorização do dólar mencionada, a partir de agosto de 2008, pelo forte movimento de saída dos investidores estrangeiros do país, como uma resposta inicial à crise que começava nos Estados Unidos - a saída de capitais está associada à aversão ao risco por parte desses investidores, o que provoca uma procura pela qualidade em ativos considerados mais seguros, como títulos do Tesouro norte-americano, por exemplo.

No ano de 2009, a situação permanece coerente com o esperado na relação com o dólar. Assim como no final de 2008, com um dólar médio no ano cotado em torno de R\$ 2,20, a linha de exportação mantém uma participação elevada no volume total de empréstimos, principalmente nos primeiros meses. A continuidade das operações de ACC/ACE em valores relativamente elevados pode ser explicada pelo efeito defasado. Uma vez que a taxa de câmbio beneficiou as exportações num primeiro momento, novos contratos de venda para o exterior foram negociados, e quando esses contratos se realizaram, a taxa de câmbio mudou de direção, mas a contratação de câmbio ainda continuará por certo tempo; os exportadores precisam cumprir os contratos com os importadores, mesmo que o câmbio tenha se tornado desfavorável.

O índice de inadimplência apresenta correlação negativa com a taxa cambial, o que é esperado, pois uma taxa de câmbio mais elevada (real desvalorizado frente ao dólar) traz mais recursos em reais por unidade vendida em dólar, reforçando o caixa das empresas exportadoras e disseminando o efeito positivo ao longo da cadeia produtiva. A inadimplência se torna menor com uma taxa de câmbio maior e maior com uma taxa de câmbio menor.

Com o objetivo de auxiliar na compreensão da realidade do banco, foi realizada uma entrevista com a administração da agência. A entrevista possibilita comparar a visão dos gestores da carteira com a análise feita até aqui, além de aprofundar a explicação de questões pontuais a respeito dos dados levantados. De uma maneira geral, as respostas obtidas dão suporte às observações deste capítulo a respeito dos principais aspectos da carteira, e outras trazem a própria percepção da administração sobre a atuação do banco. As perguntas formuladas para a entrevista se encontram na seção de anexos do trabalho, já as respostas são comentadas a seguir.

Inicialmente, a respeito da inadimplência na carteira, três aspectos foram abordados: o que é considerado inadimplente para o banco; a linha de crédito que registra o menor percentual de inadimplência; e, finalmente, as principais razões de inadimplência na carteira.

Sobre o primeiro aspecto, a princípio, todos os compromissos não pagos na data de vencimento já podem ser considerados inadimplentes, o que leva o banco a

procurar as empresas para tentar encontrar uma solução para a situação. Na maioria das vezes, esses atrasos podem ser resolvidos mediante prorrogação do prazo ou concessão de um novo empréstimo para regularização daquele que está vencido. Importante ressaltar que o banco evita a cobrança pela via judicial, utilizando-a somente quando o atraso é superior a 60 dias; antes, o banco procura achar alternativas que evitem essa situação.

A respeito da menor inadimplência por tipo de operação de crédito, aquelas em que é possível trabalhar com o fluxo de caixa das empresas normalmente apresentam índice de inadimplência menor em comparação com outros tipos de empréstimos e financiamentos. Como exemplo, é possível citar o Desconto de Duplicatas, onde os bancos antecipam para os vendedores o valor desejado de suas vendas a prazo, cobrando antecipadamente os juros devidos. Nesse tipo de empréstimo a inadimplência é relativamente baixa.

Quanto às principais razões de inadimplência, são muitas as variáveis que podem levar as empresas a não conseguirem pagar seus compromissos com pontualidade. Segundo a administração da agência, uma variável importante a ser considerada está relacionada com a economia. Fatores macroeconômicos podem interferir significativamente no ramo de atividade de determinada empresa, podendo levá-las à falência. Como exemplo, a já mencionada importância da variação do dólar para as empresas exportadoras.

Outra razão a ser destacada refere-se à competência gerencial dos proprietários da empresa, especialmente a do gerente financeiro. Uma situação problemática é a inadequada utilização de mecanismos de proteção de seus negócios, disponíveis no mercado financeiro. O que acontece é que muitas vezes esses mecanismos são utilizados fora de sua finalidade, de maneira especulativa, podendo gerar prejuízos.

A competitividade também é um fator que afeta os índices de inadimplência - é o caso do setor calçadista do Vale dos Sinos. O Vale era o maior produtor e exportador de calçados do mundo e, aos poucos, perdeu espaço para o mercado chinês, que já consegue fabricar sapatos com a mesma qualidade dos brasileiros e com preços menores. No longo prazo, essa perda de competitividade é vista pelo

banco como um fator que poderá gerar inadimplência, devido à menor receita para honrar os compromissos.

A influência do dólar para a carteira tem, para a gerência do banco, a mesma relevância sugerida pela análise feita anteriormente neste capítulo. A desvalorização do dólar frente ao real foi apontada como um fator com reflexos diretos no caixa das empresas tomadoras. Importante lembrar que as empresas podem optar por realizar operações de proteção das vendas ao exterior através do mercado de derivativos a fim de neutralizar parcialmente a variação cambial.

Ainda em relação à influência do dólar para a carteira, em 2008, antes da crise, em abril, já há um aumento da inadimplência. Segundo explicou o gerente da agência, isso se deve justamente à baixa cotação do dólar frente ao real. Muitos exportadores realizaram suas vendas considerando uma cotação e na hora de receber os valores o dólar havia se desvalorizado frente ao real, fazendo com que os valores a receber ficassem menores – não havia “caixa” suficiente para pagar os compromissos.

Já o segundo semestre de 2008, início da crise financeira, trouxe reflexos variáveis para a carteira. Na visão da administração, passado um ano do início da crise, ainda não se pode chegar a uma conclusão definitiva quanto a isso, porque muitas empresas ainda estão sofrendo as conseqüências de suas decisões tomadas antes da crise. Algumas empresas realizaram operações com derivativos acima de sua capacidade de venda, atuando nesse momento como especuladores, por acreditar que o dólar se desvalorizaria ainda mais frente ao real. Entretanto, com a chegada da crise, o dólar se valorizou frente ao real e muitas empresas tiveram que arcar com prejuízos nas operações com derivativos. A partir dessa valorização do dólar, como anteriormente descrito, algumas empresas se voltaram fortemente ao mercado exterior, apostando na manutenção da cotação. Agora, com uma contínua desvalorização do dólar, acontece um segundo ciclo de prejuízos e certamente muitos tomadores não terão estrutura suficiente para bancar essas perdas. O reflexo – projeta o gerente da agência - será o encolhimento do número de empresas exportadoras de calçados na região do Vale dos Sinos.

As políticas governamentais de estímulo da economia também têm papel importante para o banco. Como exemplo, pode-se citar ações como a linha de

crédito especial para alguns setores da economia atingidos pela desvalorização cambial, criada em 2007 pelo Governo Federal, e da qual o setor calçadista foi um dos beneficiados. Os bancos procuraram utilizar essas linhas para seus clientes com o objetivo de permitir o alongamento dos compromissos no sistema financeiro. Essa é, a propósito, um dos motivos para a queda de recursos emprestados para capital de giro em 2009 e da baixa inadimplência no mesmo ano; a liberação desses recursos com prazos mais longos e com alguns meses de carência para o início do pagamento propiciou que as empresas pagassem todos seus compromissos de curto prazo em 2009, tornando a inadimplência baixa nesse momento.

Convidado a fazer uma avaliação da carteira (aspectos positivos, negativos, potencialmente problemáticos, oportunidades, etc.), o gerente da agência faz um balanço positivo, explicando um pouco mais a política do Banco do Brasil. Dentro do contexto de contribuir para o desenvolvimento do país, o Banco entende que deve estar presente em todos os setores da economia. As oportunidades sempre existem e o Banco do Brasil tem se voltado fortemente ao mercado produtor com o objetivo de apoiar financeiramente os projetos considerados viáveis sob o ponto de vista econômico e social. Uma estratégia que pode ser exemplificada é a seguinte: geralmente, quando há uma crise, um banco de menor porte tende a sofrer mais, já que seus correntistas acabam buscando segurança em instituições financeiras de maior porte, como o Banco do Brasil, o que faz com que essas instituições passem a ocupar os espaços deixados pela concorrência. Evidentemente, antes de conceder crédito, o Banco analisa criteriosamente toda a situação econômico-financeira das empresas, através de seus balanços, estabelecendo um limite de crédito, que passa a ser o valor máximo de exposição que o banco aceita em termos de empréstimo a conceder. Essa política é uma das razões para o volume crescente de crédito concedido nos últimos anos, na opinião do gerente da agência.

Como um aspecto de maior preocupação para a carteira, a visão do gerente vai ao encontro do que foi anteriormente destacado na análise: a grande dependência do setor calçadista. Um elemento agravante desse problema é a própria dependência que o setor calçadista tem de incentivos do governo, conforme tem acontecido nos últimos anos, com linhas de crédito especiais, pressão por câmbio favorável aos exportadores, etc. Some-se a isto a recente recessão na principal economia importadora de calçados, a dos Estados Unidos, e tem-se uma

carteira fortemente ligada a um setor que é bastante sensível tanto a políticas internas do governo como a variações na economia internacional.

O temor em relação à “saúde” do setor se justifica, pois o fechamento de uma indústria tem reflexos importantes e diversos: para a vida das famílias da região, com demissões, redução da renda familiar e da capacidade de endividamento; e, conseqüentemente, também para os bancos e para a economia como um todo, com a inadimplência daí resultante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A composição de uma carteira de crédito é sem dúvida uma tarefa complexa, na medida em que exige do gestor uma visão ampla e integrada de fenômenos observados no seu país e no mundo. A responsabilidade de formular e conduzir uma política de crédito tende a ser exercida com maior êxito por indivíduos hábeis em reunir e interpretar dados não necessariamente interrelacionados. A abordagem é interdisciplinar e deve considerar todos os fatores capazes de proporcionar mudança de expectativa em relação ao futuro. Não por outro motivo, a composição de uma carteira de crédito em uma instituição financeira envolve análises e reformulações sucessivas, num processo de aperfeiçoamento constante.

Também aumenta o desafio o fato de que cada empréstimo concedido configura uma nova situação, onde os fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e até mesmo climáticos, tendo mudado, trazem novos dados que podem ser relevantes para a carteira. Um banco com grande concentração em empréstimos ao setor de vestuário, por exemplo, certamente perceberá uma correlação do fator climático com o desempenho de suas empresas tomadoras em determinado período e, conseqüentemente, no retorno da sua carteira de crédito.

Conforme observa Schrickel (1997): “cada caso é um caso, e deve ser examinado individual e isoladamente. O problema de um não é o problema do outro, necessariamente. Mesmo atuando no mesmo segmento ou setor”. A isso, se pode acrescentar que nem mesmo se tratando da mesma empresa teremos um caso igual ao outro, dado que o contexto de atuação está em constante mudança. É precisamente essa constatação que exige que o gestor da carteira tenha uma análise integrada dos fatos e realize uma busca permanente por informações atualizadas.

Pelo estudo desenvolvido neste trabalho, percebe-se a importância da harmonia na interação entre uma instituição financeira e as características da região onde ela está localizada. No caso da agência do Banco do Brasil estudada, a pesquisa sugere que ela tem sido bem-sucedida quanto a esse objetivo, sem

comprometer a qualidade da sua carteira de crédito. Constatação corroborada pelo crescente volume médio de empréstimos concedidos nos últimos anos – fazendo-se a ressalva que o volume médio emprestado em 2009 supera por pouco o de 2008 – e, principalmente, pela manutenção do percentual de inadimplência em níveis aceitáveis, apenas sofrendo alterações consonantes com variações na conjuntura econômica.

Como um aspecto preocupante para a carteira, pode-se citar a perspectiva para os próximos meses de um dólar desvalorizado por um longo período. Uma vez que existe uma forte relação entre a carteira e o dólar, esse é um ponto que certamente terá reflexos para o banco.

6. REFERÊNCIAS

Abicalçados. Disponível em: <<http://www.abicalçados.com.br/>>. Acesso em: 22 out. 2009

Banco Central do Brasil. Resolução 2.682/99. Brasília: 31.12.1999.

Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2009

Banco do Brasil. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/>>. Acesso em: out. 2009

BRIGGS, Peter. **Principles of International Trade and Payments**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

GITMANN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 3ª edição. São Paulo: Harbra, 1984.

SAUNDERS, Anthony. **Administração de Instituições Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRICKEL, Wolfgang Hurt. **Análise de Crédito: concessão e gerência de empréstimos**. São Paulo: Atlas, 1997.

Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/>>. Acesso em: dez. 2009

SECURATO, José Roberto. **Decisões financeiras em condições de risco**. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SOLOMON, Ezra. **Introdução à Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1981.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A – TABELAS COM DADOS DA AGÊNCIA

Tabela 9 – Dados de 2006

Mês	Giro	Ext.(R\$)	Invest.	Total	IQC	Inadimp.	Dólar
Jan	79.635 (41,76%)	79.465 (41,67%)	31.591 (16,57%)	190.692	95,84		2,2739
Fev	75.889 (42,41%)	70.439 (39,37%)	32.606 (18,22%)	178.934	95,75		2,1619
Mar	77.174 (42,17%)	71.909 (39,30%)	33.911 (18,53%)	182.994	95,78		2,152
Abr	80.824 (41,19%)	78.850 (40,18%)	36.556 (18,63%)	196.230	95,81		2,1293
Mai	85.707 (41,60%)	83.900 (40,73%)	36.404 (17,67%)	206.011	95,85		2,1781
Jun	85.109 (39,87%)	91.004 (42,64%)	37.334 (17,49%)	213.447	95,73		2,2483
Jul	83.098 (40,31%)	85.805 (41,62%)	37.250 (18,07%)	206.153	92,29		2,1893
Ago	101.685 (46,81%)	78.655 (36,21%)	36.908 (16,99%)	217.249	94,19		2,1559
Set	135.987 (56,47%)	76.984 (31,97%)	27.828 (11,56%)	240.800	94,87		2,1687
Out	159.201 (61,04%)	73.764 (28,28%)	27.832 (10,67%)	260.797	95,25		2,1483
Nov	178.858 (64,02%)	72.975 (26,12%)	27.527 (9,85%)	279.361	95,50		2,1579
Dez	191.184 (65,57%)	72.771 (24,96%)	27.625 (9,47%)	291.581	95,70		2,1499
Média:	111.196 (48,60%)	78.043 (36,09%)	32.781 (15,31%)	222.021	95,21		2,1761

Fonte: Elaboração do autor com dados da agência do Banco do Brasil.

Tabela 10 – Dados de 2007

Mês	Giro	Ext.(R\$)	Invest.	Total	IQC	Inadimp.	Dólar
Jan	195.258 (66,09%)	71.823 (24,31%)	28.345 (9,59%)	295.427	98,19	1,44%	2,1385
Fev	193.064 (66,28%)	69.989 (24,03%)	28.223 (9,69%)	291.276	97,97	1,02%	2,0963
Mar	185.520 (65,13%)	70.928 (24,90%)	28.419 (9,98%)	284.867	97,89	0,99%	2,0887
Abr	189.698 (64,77%)	74.497 (25,44%)	28.686 (9,79%)	292.881	97,98	0,97%	2,0320
Mai	192.716 (64,18%)	76.848 (25,59%)	30.725 (10,23%)	300.289	97,76	1,13%	1,9817
Jun	191.507 (62,90%)	80.142 (26,32%)	32.825 (10,78%)	304.475	97,65	1,02%	1,9319
Jul	187.346 (62,03%)	78.891 (26,12%)	35.796 (11,85%)	302.033	97,33	1,00%	1,8828
Ago	176.276 (58,23%)	83.598 (27,62%)	42.853 (14,16%)	302.727	97,18	1,29%	1,9660
Set	174.338 (58,51%)	77.040 (25,85%)	46.597 (15,64%)	297.975	97,70	1,35%	1,8996
Out	176.279 (60,09%)	68.002 (23,18%)	49.081 (16,73%)	293.362	96,81	1,19%	1,8010
Nov	205.283 (62,14%)	66.850 (20,24%)	58.214 (17,62%)	330.348	97,30	1,11%	1,7699
Dez	209.382 (61,49%)	70.309 (20,65%)	60.812 (17,86%)	340.503	97,35	0,96%	1,7860
Média:	189.722 (62,65%)	74.077 (24,52%)	39.215 (12,83%)	303.014	97,56	1,12%	1,9479

Fonte: Elaboração do autor com dados da agência do Banco do Brasil.

Tabela 11 – Dados de 2008

Mês	Giro	Ext.(R\$)	Invest.	Total	IQC	Inadimp.	Dólar
Jan	196.704 (59,46%)	70.785 (21,40%)	63.308 (19,14%)	330.798	97,26	1,75%	1,7743
Fev	180.905 (55,68%)	67.145 (20,67%)	76.853 (23,65%)	324.903	97,82	1,19%	1,7277
Mar	173.494 (52,74%)	61.212 (18,61%)	94.227 (28,65%)	328.933	97,71	1,39%	1,7076
Abr	222.808 (63,71%)	60.645 (17,34%)	66.269 (18,95%)	349.722	97,22	1,91%	1,6889
Mai	225.811 (62,91%)	66.368 (18,49%)	66.740 (18,59%)	358.920	97,28	1,90%	1,6605
Jun	223.602 (61,75%)	69.986 (19,33%)	68.491 (18,92%)	362.080	97,07	2,24%	1,6189
Jul	209.455 (58,91%)	78.277 (22,02%)	67.798 (19,07%)	355.531	96,91	2,20%	1,5914
Ago	194.406 (54,82%)	97.052 (27,37%)	63.195 (17,82%)	354.653	96,6	2,50%	1,6123
Set	192.683 (52,35%)	111.173 (30,21%)	64.176 (17,44%)	368.033	97,07	2,10%	1,7996
Out	194.307 (49,36%)	135.575 (34,44%)	63.809 (16,21%)	393.692	96,64	2,52%	2,1729
Nov	193.446 (47,13%)	141.428 (34,46%)	75.592 (18,42%)	410.446	98,08	1,01%	2,2663
Dez	188.336 (45,50%)	150.114 (36,27%)	75.462 (18,23%)	413.913	98,07	1,09%	2,3944
Média:	199.663 (55,36%)	92.481 (25,05%)	70.493 (19,59%)	362.637	97,31	1,82%	1,8346

Fonte: Elaboração do autor com dados da agência do Banco do Brasil.

Tabela 12 – Dados de 2009

Mês	Giro	Ext.(R\$)	Invest.	Total	IQC	Inadimp.	Dólar
Jan	170.213 (42,89%)	148.451 (37,40%)	78.239 (19,71%)	396.903	98,56	0,61%	2,3074
Fev	160.700 (41,31%)	151.086 (38,84%)	77.206 (19,85%)	388.992	98,63	0,54%	2,3127
Mar	162.195 (42,53%)	143.603 (37,66%)	75.542 (19,81%)	381.341	98,90	0,33%	2,3138
Abr	169.746 (44,77%)	134.279 (35,42%)	75.094 (19,81%)	379.120	98,65	0,23%	2,2059
Mai	179.838 (47,70%)	123.402 (32,73%)	73.785 (19,57%)	377.026	99,04	0,60%	2,0609
Jun	177.503 (47,88%)	121.498 (32,78%)	71.686 (19,34%)	370.687	98,88	0,31%	1,9576
Jul	164.709 (45,76%)	124.684 (34,64%)	70.545 (19,60%)	359.939	96,28	0,54%	1,9328
Ago	160.283 (46,17%)	117.434 (33,82%)	69.473 (20,01%)	347.190	97,09	1,28%	1,8452
Set	160.008 (47,28%)	110.598 (32,68%)	67.820 (20,04%)	338.426	98,21	0,93%	1,8198
Out	174.059 (50,71%)	103.144 (30,05%)	66.058 (19,24%)	343.261	98,88	0,31%	1,7384
Média:	167.925 (45,70%)	127.818 (34,60%)	72.545 (19,70%)	368.289	98,78	0,61%	2,0495

Fonte: Elaboração do autor com dados da agência do Banco do Brasil.

ANEXO B – TESTES DE CORRELAÇÃO

	Mês	Giro	Ext.(R\$)	Investi.	Percent.	Total	IQC	Inadimp.	Dólar.	Ext.(U\$S)	Percent.	Dólar	Percent.			
1	jan/06	79.635	100%	79.465	100%	31.591	100%	190.691	100%	95,84		2,2739	34.947	100%	2,2739	100,00%
2	fev/06	75.889	95%	70.439	89%	32.606	103%	178.934	94%	95,75		2,1619	32.582	93%	2,1619	95,07%
3	mar/06	77.174	97%	71.909	90%	33.911	107%	182.994	96%	95,78		2,152	33.415	96%	2,1520	94,64%
4	abr/06	80.824	101%	78.850	99%	36.556	116%	196.230	103%	95,81		2,1293	37.031	106%	2,1293	93,64%
5	mai/06	85.707	108%	83.900	106%	36.404	115%	206.011	108%	95,85		2,1781	38.520	110%	2,1781	95,79%
6	jun/06	85.109	107%	91.004	115%	37.334	118%	213.447	112%	95,73		2,2483	40.477	116%	2,2483	98,87%
7	jul/06	83.098	104%	85.805	108%	37.250	118%	206.153	108%	92,29		2,1893	39.193	112%	2,1893	96,28%
8	ago/06	101.685	128%	78.655	99%	36.908	117%	217.248	114%	94,19		2,1559	36.484	104%	2,1559	94,81%
9	set/06	135.987	171%	76.984	97%	27.828	88%	240.799	126%	94,87		2,1687	35.498	102%	2,1687	95,37%
10	out/06	159.201	200%	73.764	93%	27.832	88%	260.797	137%	95,25		2,1483	34.336	98%	2,1483	94,48%
11	nov/06	178.858	225%	72.975	92%	27.527	87%	279.360	146%	95,5		2,1579	33.818	97%	2,1579	94,90%
12	dez/06	191.184	240%	72.771	92%	27.625	87%	291.580	153%	95,7		2,1499	33.849	97%	2,1499	94,55%
13	jan/07	195.258	245%	71.823	90%	28.345	90%	295.426	155%	98,19	1,44%	2,1385	33.586	96%	2,1385	94,05%
14	fev/07	193.064	242%	69.989	88%	28.223	89%	291.276	153%	97,97	1,02%	2,0963	33.387	96%	2,0963	92,19%
15	mar/07	185.520	233%	70.928	89%	28.419	90%	284.867	149%	97,89	0,99%	2,0887	33.958	97%	2,0887	91,86%
16	abr/07	189.698	238%	74.497	94%	28.686	91%	292.881	154%	97,98	0,97%	2,032	36.662	105%	2,0320	89,36%
17	mai/07	192.716	242%	76.848	97%	30.725	97%	300.289	157%	97,76	1,13%	1,9817	38.779	111%	1,9817	87,15%
18	jun/07	191.507	240%	80.142	101%	32.825	104%	304.474	160%	97,65	1,02%	1,9319	41.484	119%	1,9319	84,96%
19	jul/07	187.346	235%	78.891	99%	35.796	113%	302.033	158%	97,33	1,00%	1,8828	41.901	120%	1,8828	82,80%
20	ago/07	176.276	221%	83.598	105%	42.853	136%	302.727	159%	97,18	1,29%	1,966	42.522	122%	1,9660	86,46%
21	set/07	174.338	219%	77.040	97%	46.597	148%	297.975	156%	97,7	1,35%	1,8996	40.556	116%	1,8996	83,54%
22	out/07	176.279	221%	68.002	86%	49.081	155%	293.362	154%	96,81	1,19%	1,801	37.758	108%	1,8010	79,20%
23	nov/07	205.283	258%	66.850	84%	58.214	184%	330.347	173%	97,3	1,11%	1,7699	37.771	108%	1,7699	77,84%
24	dez/07	209.382	263%	70.309	88%	60.812	192%	340.503	179%	97,35	0,96%	1,786	39.367	113%	1,7860	78,54%
25	jan/08	196.704	247%	70.785	89%	63.308	200%	330.797	173%	97,26	1,75%	1,7743	39.895	114%	1,7743	78,03%
26	fev/08	180.905	227%	67.145	84%	76.853	243%	324.903	170%	97,82	1,19%	1,7277	38.864	111%	1,7277	75,98%
27	mar/08	173.494	218%	61.212	77%	94.227	298%	328.933	172%	97,71	1,39%	1,7076	35.847	103%	1,7076	75,10%
28	abr/08	222.808	280%	60.645	76%	66.269	210%	349.722	183%	97,22	1,91%	1,6889	35.908	103%	1,6889	74,27%
29	mai/08	225.811	284%	66.368	84%	66.740	211%	358.919	188%	97,28	1,90%	1,6605	39.969	114%	1,6605	73,02%
30	jun/08	223.602	281%	69.986	88%	68.491	217%	362.079	190%	97,07	2,24%	1,6189	43.231	124%	1,6189	71,19%
31	jul/08	209.455	263%	78.277	99%	67.798	215%	355.530	186%	96,91	2,20%	1,5914	49.188	141%	1,5914	69,99%
32	ago/08	194.406	244%	97.052	122%	63.195	200%	354.653	186%	96,6	2,50%	1,6123	60.195	172%	1,6123	70,90%
33	set/08	192.683	242%	111.173	140%	64.176	203%	368.032	193%	97,07	2,10%	1,7996	61.777	177%	1,7996	79,14%
34	out/08	194.307	244%	135.575	171%	63.809	202%	393.691	206%	96,64	2,52%	2,1729	62.394	179%	2,1729	95,56%
35	nov/08	193.446	243%	141.428	178%	75.592	239%	410.466	215%	98,08	1,01%	2,2663	62.405	179%	2,2663	99,67%
36	dez/08	188.336	236%	150.114	189%	75.462	239%	413.912	217%	98,07	1,09%	2,3944	62.694	179%	2,3944	105,30%
37	jan/09	170.213	214%	148.451	187%	78.239	248%	396.903	208%	98,56	0,61%	2,3074	64.337	184%	2,3074	101,47%
38	fev/09	160.700	202%	151.086	190%	77.206	244%	388.992	204%	98,63	0,54%	2,3127	65.329	187%	2,3127	101,71%
39	mar/09	162.195	204%	143.603	181%	75.542	239%	381.340	200%	98,9	0,33%	2,3138	62.064	178%	2,3138	101,75%
40	abr/09	169.746	213%	134.279	169%	75.094	238%	379.119	199%	98,65	0,23%	2,2059	60.873	174%	2,2059	97,01%
41	mai/09	179.838	226%	123.402	155%	73.785	234%	377.025	198%	99,04	0,60%	2,0609	59.878	171%	2,0609	90,63%
42	jun/09	177.503	223%	121.498	153%	71.686	227%	370.687	194%	98,88	0,31%	1,9576	62.065	178%	1,9576	86,09%
43	jul/09	164.709	207%	124.684	157%	70.545	223%	359.938	189%	96,28	0,54%	1,9328	64.510	185%	1,9328	85,00%
44	ago/09	160.283	201%	117.434	148%	69.473	220%	347.190	182%	97,09	1,28%	1,8452	63.643	182%	1,8452	81,15%
45	set/09	160.008	201%	110.598	139%	67.820	215%	338.426	177%	98,21	0,93%	1,8198	60.775	174%	1,8198	80,03%
46	out/09	174.059	219%	103.144	130%	66.058	209%	343.261	180%	98,88	0,31%	1,7384	59.333	170%	1,7384	76,45%
		-0,52927		0,44630		-0,31199		-0,25003		-0,1646		-0,51625		0,06153		0,06153

Dados	Correlação
Giro - Dólar	-0,52927
Ext. (R\$) - Dólar	0,44630
Invest. - Dólar	-0,31199
Total - Dólar	-0,25003
IQC - Dólar	-0,16461
Inadimp. - Dólar	-0,51625
Ext.(U\$S) - Dólar	0,06153

ANEXO C - PERGUNTAS DA ENTREVISTA COM A ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA

1. Qual linha de crédito costuma ter menos inadimplência?
2. O que é considerado inadimplente para o banco?
3. Quais as principais razões de inadimplência?
4. Qual a influência do dólar para a carteira?
5. Em 2008, antes da crise, em abril, já há um aumento da inadimplência. Por quê?
6. Quais os reflexos da crise financeira de 2008 para a carteira?
7. Por que a inadimplência é baixa em 2009, em comparação com os anos anteriores?
8. Por que a linha de crédito Capital de Giro cai em 2009?
9. Como avalia a carteira: aspectos positivos, negativos, potencialmente problemáticos, oportunidades?
10. Ao que se deve o volume crescente de crédito concedido?

ANEXO D – RESOLUÇÃO 2.682

Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 21 de dezembro de 1999, com base no art. 4º, incisos XI e XII, da citada Lei,

R E S O L V E U:

Art. 1º Determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:

- I - nível AA;
- II - nível A;
- III - nível B;
- IV - nível C;
- V - nível D;
- VI - nível E;
- VII - nível F;
- VIII - nível G;
- IX - nível H.

Art. 2º A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

- I - em relação ao devedor e seus garantidores:
 - a) situação econômico-financeira;
 - b) grau de endividamento;
 - c) capacidade de geração de resultados;
 - d) fluxo de caixa;
 - e) administração e qualidade de controles;
 - f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;

- g) contingências;

h) setor de atividade econômica;

i) limite de crédito;

II - em relação à operação:

a) natureza e finalidade da transação;

b) características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;

c) valor.

Parágrafo único. A classificação das operações de crédito de titularidade de pessoas físicas deve levar em conta, também, as situações de renda e de patrimônio bem como outras informações cadastrais do devedor.

Art. 3º A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco, admitindo-se excepcionalmente classificação diversa para determinada operação, observado o disposto no art. 2º, inciso II.

Art. 4º A classificação da operação nos níveis de risco de que trata o art. 1º deve ser revista, no mínimo:

I - mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue:

a) atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;

b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;

c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;

d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;

e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;

f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;

g) atraso superior a 180 dias: risco nível H;

II - com base nos critérios estabelecidos nos arts. 2º e 3º:

a) a cada seis meses, para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido ajustado;

b) uma vez a cada doze meses, em todas as situações, exceto na hipótese prevista no art. 5º.

Parágrafo 1º As operações de adiantamento sobre contratos de câmbio, as de financiamento à importação e aquelas com prazos inferiores a um mês, que apresentem atrasos superiores a trinta dias, bem como o adiantamento a depositante a partir de trinta dias de sua

ocorrência, devem ser classificados, no mínimo, como de risco nível G.

Parágrafo 2º Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I.

Parágrafo 3º O não atendimento ao disposto neste artigo implica a reclassificação das operações do devedor para o risco nível H, independentemente de outras medidas de natureza administrativa.

Art. 5º As operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ter sua classificação revista de forma automática unicamente em função dos atrasos consignados no art. 4º, inciso I, desta Resolução, observado que deve ser mantida a classificação original quando a revisão corresponder a nível de menor risco.

Parágrafo 1º O Banco Central do Brasil poderá alterar o valor de que trata este artigo.

Parágrafo 2º O disposto neste artigo aplica-se às operações contratadas até 29 de fevereiro de 2000, observados o valor referido no caput e a classificação, no mínimo, como de risco nível A.

Art. 6º A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores das instituições pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos:

- I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
- II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
- III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;
- IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;
- V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;
- VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;
- VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;

83

- VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

Art. 7º A operação classificada como de risco nível H deve ser transferida para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse

nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

Parágrafo único. A operação classificada na forma do disposto no caput deste artigo deve permanecer registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

Art. 8º A operação objeto de renegociação deve ser mantida, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificada, observado que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de risco nível H.

Parágrafo 1º Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

Parágrafo 2º O ganho eventualmente auferido por ocasião da renegociação deve ser apropriado ao resultado quando do seu efetivo recebimento.

Parágrafo 3º Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

Art. 9º É vedado o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos.

Art. 10. As instituições devem manter adequadamente documentadas sua política e procedimentos para concessão e classificação de operações de crédito, os quais devem ficar à disposição do Banco Central do Brasil e do auditor independente.

Parágrafo único. A documentação de que trata o caput deste artigo deve evidenciar, pelo menos, o tipo e os níveis de risco que se dispõe a administrar, os requerimentos mínimos exigidos para a concessão de empréstimos e o processo de autorização.

Art. 11. Devem ser divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras informações detalhadas sobre a composição da carteira de operações de crédito, observado, no mínimo:

I - distribuição das operações, segregadas por tipo de cliente e atividade econômica;

II - distribuição por faixa de vencimento;

III - montantes de operações renegociadas, lançados contra prejuízo e de operações recuperadas, no exercício.

Art. 12. O auditor independente deve elaborar relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras.

Art. 13. O Banco Central do Brasil poderá baixar normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução,

bem como determinar:

I - reclassificação de operações com base nos critérios estabelecidos nesta Resolução, nos níveis de risco de que trata o art. 1º;

II - provisionamento adicional, em função da responsabilidade do devedor junto ao Sistema Financeiro Nacional;

III - providências saneadoras a serem adotadas pelas instituições, com vistas a assegurar a sua liquidez e adequada estrutura patrimonial, inclusive na forma de alocação de capital para operações de classificação considerada inadequada;

IV - alteração dos critérios de classificação de créditos, de contabilização e de constituição de provisão;

V - teor das informações e notas explicativas constantes das demonstrações financeiras;

VI - procedimentos e controles a serem adotados pelas instituições.

Art. 14. O disposto nesta Resolução se aplica também às operações de arrendamento mercantil e a outras operações com características de concessão de crédito.

Art. 15. As disposições desta Resolução não contemplam os aspectos fiscais, sendo de inteira responsabilidade da instituição a observância das normas pertinentes.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2000, quando ficarão revogadas as Resoluções nºs 1.748, de 30 de agosto de 1990, e 1.999, de 30 de junho de 1993, os arts. 3º e 5º da Circular nº 1.872, de 27 de dezembro de 1990, a alínea "b" do inciso II do art. 4º da Circular nº 2.782, de 12 de novembro de 1997, e o Comunicado nº 2.559, de 17 de outubro de 1991.

Brasília, 21 de dezembro de 1999

Arminio Fraga Neto
Presidente